



INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**Concurso de Admissão
à Carreira de Diplomata**

Guia de Estudos
2014

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Eduardo dos Santos

Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

APRESENTAÇÃO

O Guia de Estudos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2014 visa orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática por meio do registro das questões abordadas no exame de 2013 acompanhadas de respostas que mereceram avaliação positiva por parte das respectivas Bancas Examinadoras, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em 1 de abril de 2014.

Orientação para estudo

(Inclui programas para as provas do Concurso e exemplos de provas do Concurso anterior)

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que constituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital.

No Concurso de 2014 a prova objetiva será constituída de 65 questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.



PORTUGUÊS

A prova de Português, de carácter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 120 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

Programa (Primeira e Segunda Fases):

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.
 - 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade.
 - 1.2 Morfossintaxe.
 - 1.3 Semântica.
 - 1.4 Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos.
 - 2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa.
 - 2.2 Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.
 - 2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical.
 - 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição.
 - 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um).

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha - com fluência e adequação - informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada e será penalizada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do adequado uso da língua portuguesa.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português.

Prova de 2013

PARTE I - REDAÇÃO

Texto I

É um lamentável fato da vida que o comércio internacional tenha, apesar de suas imensas potencialidades, contribuído tão pouco para o desenvolvimento econômico dos países de baixa renda *per capita*, sobretudo nos últimos tempos da história humana. Em certos casos, através de mecanismos de deterioração das relações de troca, o comércio internacional tem atuado até mesmo como fator de empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos e como veículo de agravamento dos desníveis de rendas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

Fragmento de discurso proferido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores na abertura da XVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 17/9/1963.

Texto II

Ao selecionar o embaixador Roberto Azevêdo, a Organização Mundial do Comércio renova o compromisso com uma visão de multilateralismo que privilegia o diálogo, o respeito à diversidade e a busca de consenso, conforme as nossas melhores tradições diplomáticas; uma visão que incorpora as perspectivas de todos os membros, com particular atenção às dos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo; uma visão segundo a qual o comércio não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta para o desenvolvimento e para a melhor distribuição da prosperidade entre as nações, e dentro delas, em benefício de todos.

Fragmento de circular telegráfica do Ministro de Estado das Relações Exteriores transmitida em 22/5/2013.

Discuta e emita opinião sobre os fragmentos de texto acima apresentados, com atenção às semelhanças e às diferenças de percepção relativas ao comércio internacional.

Extensão do texto: 600 a 650 palavras
[valor: 60 pontos]

ALEXANDRE PIANA LEMOS (52.5/60)

Os fragmentos de texto apresentados têm como tema o sistema multilateral de comércio. Os autores de ambos os textos reconhecem que o comércio deve servir para promover o desenvolvimento das nações menos favorecidas, mas analisam essa necessidade de perspectivas distintas. Apesar das evidentes divergências entre os dois textos, pode-se afirmar que ambos são representativos da tradicional defesa da diplomacia brasileira de um sistema multilateral de comércio mais justo e democrático. A diferença é que, atualmente, o Brasil está em melhores condições de promover essa defesa.

A posição tradicional da diplomacia brasileira é a de que o comércio não é um fim em si mesmo, porquanto ele deve contribuir para o desenvolvimento de todos os países, especialmente o dos mais pobres. Esse ponto de vista não se alterou entre 1963 e 2013, anos em que foram redigidos os textos referidos. A diferença é que, em 1963, o Brasil era país relativamente pouco desenvolvido, que era prejudicado pelo que os economistas cepalinos denominaram “deterioração dos termos de troca”, realidade que afetava as exportações brasileiras de forma negativa. Atualmente, dificuldades persistem, mas o Brasil é uma das maiores economias mundiais. Os contextos históricos diferentes, portanto, explicam o relativo otimismo do pronunciamento de 2013, quando comparado ao discurso proferido em 1963.

O contexto atual é mais favorável ao Brasil, mas isso não significa que não existam dificuldades a serem enfrentadas. O Brasil superou muitas das restrições comerciais que lhe eram impostas na década de 1960; seu “status” de potência econômica, contudo, fez que surgissem novos desafios, como as barreiras impostas a seus produtos industriais e a oposição que iniciativas brasileiras enfrentam, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, por parte das potências tradicionais, preocupadas em conservar o “status quo”. O Brasil, todavia, está, atualmente, em condições de contribuir para a reforma e a democratização do sistema multilateral de comércio, à diferença do que ocorria na década de 1960.

A maior influência do Brasil, no âmbito do sistema multilateral de comércio, é atestada pela eleição do brasileiro Roberto Azevêdo para a direção da Organização Mundial do Comércio (OMC). Se, na década de 1960, a diplomacia brasileira visava à modificação de um sistema multilateral de comércio desigual, atualmente, ela está em condições de conduzir esse processo de reforma, e tal realidade explica a perspectiva otimista do pronunciamento de 2013, quando comparado ao discurso de 1963.

As diferenças no modo de compreender o sistema multilateral de comércio, portanto, distinguem os textos de 1963 e de 2013. Apesar das divergências evidentes, é importante ressaltar, contudo, que os objetivos defendidos pelo Brasil, em 2013, são, fundamentalmente, os mesmos defendidos na década de 1960, e, nesse sentido, há evidente continuidade entre as duas perspectivas. O Brasil, em 2013, pretende reformar o sistema multilateral de comércio, a fim de atingir objetivos que orientam a diplomacia brasileira historicamente. O compromisso com um sistema multilateral de comércio democrático, que represente as posições não apenas dos países desenvolvidos, como também as dos países em desenvolvimento, sempre caracterizou a diplomacia brasileira. Do mesmo modo, o entendimento de que o comércio não é um fim em si mesmo, mas um meio de promover a prosperidade das nações, não constitui nova orientação da diplomacia brasileira. Em 1963, quando o Ministro de Estado das Relações Exteriores proferiu seu discurso, essa posição orientou sua apresentação.



Desse modo, pode-se afirmar que o Brasil não modificou sua tradicional defesa de um sistema multilateral de comércio mais justo e democrático. A busca de uma ordem econômica mais justa era objetivo vislumbrado em 1963 e continua a sê-lo em 2013. O Ministério das Relações Exteriores, todavia, pode agir, atualmente, com mais desenvoltura e demonstrar maior otimismo, porquanto a nova ordem internacional possibilita que o Brasil influencie o sistema multilateral de comércio com os valores que tradicionalmente defende.

PARTE II - EXERCÍCIO 1

As fábulas indígenas têm uma participação intensa na literatura oral brasileira, mas sempre através da interpretação mestiça, mudados os termos, substituído o herói, trocadas às vezes as finalidades do conto por efeito da influência catequista. O mestiço transmite a fábula indígena aproveitando quanto não contrarie sua maneira pessoal de viver, agir e compreender. As égides indígenas não satisfazem a mentalidade do mameluco e do caboclo. Transfere, para a estória, os valores que o impulsionam e justificam, aos seus olhos, a conduta.

Luis da Camara Cascudo. **Literatura oral no Brasil**. 2.ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1978, p. 97 (com adaptações).

Com base no fragmento acima apresentado, discuta como a ideia de "interpretação mestiça" repercutiu nos movimentos sociais e culturais do Brasil no século XX.

Extensão do texto:
120 a 150 palavras
[valor: 20 pontos]

VINICIUS FOX DRUMMOND CANCADO TRINDADE (18.76/20)

Durante o século XIX, diversos autores, como Oliveira Viana, Silvio Romero e Nina Rodrigues, conferiram significado negativo à miscigenação do povo brasileiro. O Modernismo representou uma inflexão em relação a esse pensamento. Os estudos etnológicos e folclóricos de Mário de Andrade ressaltaram a interpretação mestiça do brasileiro, como se depreende da obra Macunaíma. Esse entendimento influenciou cientistas sociais de décadas seguintes, como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro.

A constatação da matriz multiétnica do povo brasileiro repercutiu nos movimentos sociais do século XX. A exclusão do negro na sociedade, conforme demonstrada por Florestan Fernandes, motivou a adoção de políticas de afirmação social em universidades e em concursos para cargos públicos. Medidas significativas foram adotadas, igualmente, no âmbito de proteção das culturas indígenas, como a demarcação de terras tradicionais e a criação de instituições públicas de representação política.



PARTE II - EXERCÍCIO 2

(...)

Porque os homens não me escutam! Por que os governadores
 Não me escutam? Por que não me escutam
 Os plutocratas e todos os que são chefes e são fezes?
 Todos os donos da vida?
 Eu lhes daria o impossível e lhes daria o segredo,
 Eu lhes dava tudo aquilo que fica pra cá do grito
 Metálico dos números, e tudo
 O que está além da insinuação cruenta da posse.
 E se acaso eles protestassem, que não! que não desejam
 A borboleta translúcida da humana vida, porque preferem
 O retrato a óleo das inaugurações espontâneas,
 Com béstias de operário e do oficial, imediatamente inferior,
 E palminhas, e mais os sorrisos das máscaras e a profunda comoção,
 Pois não! Melhor que isso eu lhes dava uma felicidade deslumbrante
 De que eu consegui me despojar porque tudo sacrifiquei.

(...)

Máriode Andrade. *A meditação sobre o Tietê. In: Poesias completas.*
 São Paulo: Martins, 1974, 4.ª ed., p.311-2, (com adaptações).

Com base no texto acima apresentado, discorra sobre as recentes manifestações públicas nos planos nacional e internacional, relacionando-as, em especial, ao fragmento: "Por que os governadores / Não me escutam? Por que não me escutam / Os plutocratas e todos os que são chefes e são fezes?".

Extensão do texto: 120 a 150
 palavras [valor: 20 pontos]

FILIFE BRUM CUNHA (17.51/20)

As manifestações públicas são a maneira pela qual as populações expressam seu descontentamento em relação à condução das políticas nacionais. O texto de Mário de Andrade demonstra a inconformidade do autor com o fato de que os governantes não parecem importar-se com suas reivindicações, porquanto preferem escutar o som das palmas em detrimento dos gritos de protesto.

As recentes manifestações em países como Brasil, Egito e Síria representam a insatisfação de populações que cansaram de não ser ouvidas por "todos os que são chefes". Ainda que motivadas por problemas distintos, como a corrupção, no Brasil, e a falta de representatividade política, em alguns países árabes, elas têm em comum a busca de mudanças. Uma vez que é o principal afetado pelas ações de seus dirigentes, o povo conhece o "segredo" a que se refere Mário de Andrade: as medidas necessárias para a consecução do interesse coletivo.



HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases): 1 O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão. 2 O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil. 3 O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado. 4 A Regência (1831-1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa. 5 O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas consequências. 6 A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo. 7 A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura. 8 A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a “Operação Panamericana”; a “política externa independente”; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 9 O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o “pragmatismo responsável”; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 10 O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.



Prova de 2013

QUESTÃO 1

Disserte acerca das relações entre a Inglaterra e o Brasil no período compreendido entre 1808 e 1831.

Extensão máxima: 90 linhas

[valor: 30 pontos]

CAIO GROTTONE TEIXEIRA DA MOTA (30/30)

As relações entre Brasil e Inglaterra, no período que vai de 1808 a 1815, foram condicionadas pelo contexto das guerras napoleônicas. Diante do bloqueio continental e do ultimato de Napoleão para declarar guerra à Inglaterra, Portugal enfrentou o dilema de ter seu território metropolitano invadido pelos franceses ou de expor suas colônias ao poderio naval inglês. A corte de D. João decidiria por migrar para o Brasil com o respaldo da esquadra britânica, sendo que a restauração do território metropolitano também caberia à Inglaterra. Portugueses e ingleses mantinham, principalmente desde o Tratado de Methuen, relação em que Portugal fazia concessões econômicas em troca de garantias políticas. A permanência da corte lusa no Rio de Janeiro, mesmo após a derrota de Napoleão, e a condução do processo de independência pelo legítimo herdeiro do trono dos Bragança acabaram por transplantar à jovem nação o enquadramento desigual que caracterizava a relação de Portugal com a Inglaterra.

Ao chegar ao Brasil, a corte portuguesa decretou, em 1808, a abertura dos portos às nações amigas. Embora essa medida tenha favorecido os ingleses, estes a receberam com qualificações, pois esperavam um porto exclusivo. O regime de livre comércio derivou, na verdade, das convicções liberais do Visconde de Cairu, influente junto ao regente D. João, e das pressões das elites locais, ansiosas por livrar-se das amarras do exclusivo metropolitano. Os desígnios ingleses seriam atendidos plenamente nos tratados desiguais de 1810. O Tratado de Comércio e Navegação impôs tratamento preferencial aos produtos ingleses, que pagariam tarifa de 15%, inferior à dos demais países (24%) e mesmo à dos produtos lusos (16%). O Tratado de Amizade e Aliança impôs limitações ao tráfico de escravos, que poderia ocorrer somente em possessões portuguesas.

A questão do tráfico permeou as relações entre Brasil e Inglaterra durante todo o período. No Congresso de Viena, após Napoleão ser derrotado e Portugal ter seu território europeu restaurado, foi firmado o compromisso de limitar o tráfico de escravos ao sul do Equador. Em 1817, foram estabelecidos tribunais mistos para julgar os casos de tráfico ilícito, no Rio de Janeiro e em Serra Leoa. A Inglaterra, senhora dos mares, incomodava-se com o papel geopolítico que o tráfico de escravos exercia no Atlântico Sul e na costa africana. O processo de independência do Brasil, em que a Inglaterra exerceu mediação, teve seu reconhecimento condicionado pelos britânicos ao compromisso brasileiro de extinção do tráfico. Este estaria proibido três anos após a ratificação do documento, ou seja, a partir de 1830. A lei brasileira de 1831, embora propusesse regulação do tema, acabou não sendo aplicada com rigor até a Lei Eusébio de Queirós de 1850, de modo que ficou conhecida como a lei “para inglês ver”.

O reconhecimento da independência brasileira envolveu outras temáticas, que se somaram à questão do tráfico no processo tripartite entre Portugal, Brasil e Inglaterra.



Embora tendo conquistado a Independência pelas armas nacionais, com a participação de mercenários ingleses – como o Almirante Cochrane –, o Brasil acabou por sujeitar-se a pressões. Segundo Cervo, até meados de 1823, o processo foi conduzido, no lado brasileiro, pelo santista José Bonifácio, partidário de perspectiva mais nacionalista. Contudo, o Patriarca da Independência acabou afastado, dando lugar a um grupo que, em detrimento dos interesses nacionais, privilegiava os interesses dinásticos de D. Pedro I. Ao fim das negociações, o Brasil comprometeu-se a não reivindicar a anexação das possessões lusas na África, a pagar indenização de dois milhões de libras a Portugal e a reconhecer os títulos de D. João VI, que os transmitiria a seu filho. Sem ameaça real de intervenção estrangeira para uma reconquista, o Brasil fez concessões excessivas, desgastando a imagem do Imperador. O Brasil poderia ter feito uso da disputa entre os dois sistemas europeus – o da Santa Aliança, associado à tentativa de sobrevivência do Antigo Regime, e o da “tríplice revolução atlântica”, liderado pelo desejo britânico pela abertura de mercados a seus manufaturados.

Nesse sentido, o reconhecimento britânico da Independência, conseguido em 1826, seria alcançado, de qualquer jeito, em 1827, quando o interesse pela renovação do tratado comercial de 1810 levaria a Inglaterra a passar por cima de sua aliança política com Portugal. Na verdade, durante o período em questão (1808-1831), os ingleses tiveram foco negociador no Brasil, mesmo que a corte lusa mantivesse perspectiva metropolitana nas negociações de 1810. No auge do bloqueio continental, a América Latina serviu como válvula de escape, representando 35% das vendas externas inglesas. Depois de derrotar Napoleão, a Inglaterra desejou manter a supremacia nesses mercados. Em 1827, o tratado comercial com o Brasil é renovado, com a manutenção do privilégio odioso da jurisdição especial do juiz conservador da nação inglesa, mas sem o tratamento preferencial, substituído pela cláusula da nação mais favorecida, sem comprometer a supremacia comercial britânica.

Além de alcançar seus objetivos no domínio econômico, a Inglaterra logrou êxito como mediadora nos conflitos do Prata, especialmente na Guerra da Cisplatina entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. A independência do Uruguai, como “algodão entre dois cristais”, consagrou a paz e a livre navegação nos rios platinos, conforme os interesses comerciais britânicos. A Convenção de Paz de 1828, nesse sentido, favoreceu a Inglaterra e o nativismo artiguista.

De 1808 a 1831, as relações entre Brasil e Inglaterra foram marcadas pelos privilégios comerciais, pela questão do tráfico de escravos, pela participação no processo de independência e pela mediação no Prata. Essas temáticas consolidaram o papel hegemônico que a Inglaterra exerceu no período, enquadrando o Brasil no esquema desigual que ela mantinha com Portugal. Nesse momento, os formuladores da política externa brasileira mostraram autonomia excessiva em relação à sociedade, prejudicando os interesses dela. O “sistema de tratados”, conforme Cervo, impuseram imobilismo ao Brasil até 1844, quando se ensaia um projeto de robustecimento da vontade nacional. No período em questão, contudo, os tratados de livre comércio não favoreceram as elites agrárias, visto que os mercados europeus permaneceram fechados aos produtos brasileiros; obstaram o surgimento de setores mais dinâmicos, como a indústria; e prejudicaram a arrecadação fiscal, dependente de tarifas de importação. O fracasso da ação externa à época da Independência desgastou o Imperador, que renuncia em 1831, e motivou o surgimento de uma tradição antitratados comerciais no Parlamento, a qual consiste em versão brasileira de um ideário pan-americanista.

**QUESTÃO 2**

O Brasil manteve, na Primeira República, a política econômica da defesa das exportações, bem como a de atração de imigrantes e capitais. A respeito desse momento histórico, analise os seguintes aspectos:

- ▶ iniciativas voltadas para as exportações de produtos brasileiros para a Europa;
- ▶ a mudança da lei alfandegária;
- ▶ as iniciativas no campo das imigrações.

Extensão máxima: 90 linhas

(Valor: 30 pontos)

FELIPE EDUARDO LIEBL (25/30)

A Primeira República (1889-1930) é marcada por um interesse nacional muito ligado à pauta econômica. A base da economia nacional, segundo Celso Furtado, tinha como centro a produção para a exportação. Ainda se adaptando às mudanças decorrentes da abolição da escravidão e da modernização mundial, o país busca usar a política externa como vetor à promoção comercial dos produtos brasileiros e à promoção da imigração ao país, esta fundada tanto em questões econômicas de fornecimento de mão de obra quanto em uma perspectiva de branqueamento populacional. Pode-se argumentar que um dos principais objetivos da diplomacia econômica brasileira desse período foi maximizar os ganhos possíveis em um contexto de economia primário-exportadora.

A balança comercial brasileira à época era muito dependente das receitas provenientes da exportação de café (algo em torno de 70% do total). Promover as exportações de café significava melhorar as contas públicas e fortalecer os interesses dos grupos econômicos mais significativos. As importações brasileiras de capital ainda eram majoritariamente inglesas, sendo que os americanos já começavam a ganhar força, o que também acontecia no caso das importações de bens. A balança comercial estava muito centrada na exportação de poucas commodities primárias, o que tornava o país sensível a mudanças abruptas, como a Primeira Guerra Mundial.

Um dos meios de aumentar os ganhos econômicos foi a política de promoção do café. Missões brasileiras foram à Europa para tentar criar o hábito de beber esse produto, tendo sucesso marcante primeiramente na Alemanha e, nos anos de 1920, na Europa Central. O café era favorecido por auxiliar a produtividade fabril em países em industrialização. Cabe ressaltar que essa promoção teve escassos resultados na Inglaterra, onde a bebida nacional continuou a ser o chá. Essa política permitiu ao país diversificar seus parceiros comerciais, ainda que centrados na exportação de uma única commodity. As exportações de café para a Europa possibilitaram a expansão do plantio e são parte do fato que, posteriormente, em 1938, a Alemanha tornou-se, por um ano, o principal parceiro comercial do país, conforme exemplifica Gerson Moura.

A promoção do café era centrada no recolhimento do grande poder de mercado brasileiro na produção desse insumo. Os empresários do ramo adotaram práticas oligopolísticas para elevar seus lucros – inclusive com conflitos com o Sherman Act norte-americano. Esse tipo de política, sob o eufemismo de valorização do café, passará a um



nível governamental com as políticas iniciadas pelo Convênio de Taubaté e que se expandiu ao longo do período. O uso de poder de mercado para aumentar os lucros leva a protestos, mas não resulta em punições efetivas. Os maiores preços relativos do produto não impedem a expansão do consumo, sobretudo na Europa, alvo da promoção comercial brasileira, conforme demonstra Clodoaldo Bueno.

Outros produtos da pauta de exportação comercial também são promovidos. Exemplo disso é a borracha, principalmente antes do início do plantio no Sudeste Asiático. Com a expansão do processo de urbanização, produzir borracha torna-se economicamente benéfico. O Brasil exporta em grande quantidade esse produto, inclusive para as fábricas de bicicleta inglesas no norte da ilha. A promoção consular de novos produtos tropicais é também presente, em menor escala, no caso do cacau, considerando-se o potencial energético e calórico do chocolate, útil em tempos industriais. Outros produtos têm sorte menor, como o açúcar, que sofre a concorrência de diversos produtores e do açúcar de beterraba e o algodão que passa a sofrer a concorrência não apenas dos EUA, mas também da inserção do Egito como exportador desse produto à Europa.

A legislação aduaneira brasileira passa por relevantes mudanças no período. O primeiro deles é a alteração da base tributária de um modelo centrado em receitas aduaneiras para um que se sustenta em tributação doméstica. Exemplos disso é a criação do Imposto de Renda no início do século XX e a expansão dos tributos sobre a circulação de bens e de serviços internos. A reforma tributária seria ampliada na década de 1930 e concluída somente na década de 1960, com a consolidação do modelo de tributação interna. Outra inovação nesse sentido é o fim da aversão do Segundo Reinado a tratados bilaterais de comércio, com a assinatura do efêmero Tratado Blaine-Mendonça de 1891. Alterações aduaneiras em matérias fitossanitárias e de regulação acerca do envase de trigo trazem atritos no relacionamento brasileiro com a Argentina, grande exportadora desse insumo.

Para produzir o café, para “branquear” o país e para ocupar regiões do Brasil, a imigração foi incentivada. Escritórios de promoção da imigração foram estabelecidos e o principal modelo de imigração – o colonato subsidiado – foi adotado em substituição ao modelo de parceria anterior. Paralelamente, uma política de imigração para ocupar o território foi adotada no sul, que passou a ter um modelo de pequenas propriedades. A promoção da imigração teve relativo sucesso, com a vinda de italianos, de portugueses, de espanhóis, de alemães e de eslavos em grande número ao país. Já a partir de 1908, a busca de imigrantes leva à aceitação da imigração de japoneses, sobretudo para o Paraná e para São Paulo. Deve-se ressaltar a naturalização automática de 1891.

Para atrair os imigrantes, o Brasil passou a competir com outros países receptores. O caso mais emblemático dessa rivalidade é o que ocorreu com a Argentina. O país platino também almejava promover a imigração, estabelecendo várias representações na Europa para tal. Havia uma disputa de opiniões na imprensa estrangeira, e as boas condições para o imigrante levaram muitos europeus para a Argentina. O ímpeto migracional, que também se manifestava nos destinos citadinos, como o Rio de Janeiro, somente começa a cair após a Primeira Guerra Mundial, seguido de alterações socioeconômicas que mudaram os fluxos e consolidados nas leis de imigração varguistas, ainda que os japoneses continuassem a migrar pouco após.

O quadro econômico e migracional brasileiro da Primeira República é marcado pela predominância de um modelo agroexportador periférico. A diplomacia brasileira de então buscava aumentar as possibilidades desse modelo, com a promoção de produtos nacionais e com incentivos à imigração para o fornecimento de mão de obra. Essa situação seria grandemente alterada com a crise de 1929, que leva o governo brasileiro, sob a direção de



Vargas a partir do ano seguinte, a alterar as bases da inserção nacional, ao valorizar a industrialização por substituição de importações e a consolidação de um modelo de um modelo de povo brasileiro menos aberto à imigração do que o da Primeira República.

QUESTÃO 3

Disserte acerca da relevância do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) no que tange ao pensamento político e social brasileiro, bem como suas repercussões para os conceitos de política externa brasileira.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 20 pontos)

TAINÃ LEITE NOVAES (18/20)

O pensamento social progressista brasileiro da segunda metade do século XX teve no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) um dos seus principais centros. Ali, surgiram concepções de política econômica nacional-desenvolvimentista e de política externa autônoma que seriam basilares na condução dos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, e, embora de forma não explícita, permeariam, inclusive, a condução dos governos militares, notadamente durante a presidência de Ernesto Geisel.

Durante a década de 1950, o pensamento social brasileiro era bastante polarizado entre aqueles que se convencionou chamar "nacionalistas" e "entreguistas". Os primeiros defendiam um Estado mais atuante no plano econômico como meio de viabilizar o desenvolvimento nacional por meio, principalmente, da industrialização: sendo o Brasil uma nação dependente, assolada pelo fenômeno da deterioração dos termos de troca, seu desenvolvimento pleno só poderia advir da superação de sua condição primário-exportadora, o que apenas poderia ser feito por meio de ação estatal que canalizasse os escassos recursos para os setores prioritários, no caso, os industriais. Era esse, em linhas gerais, o pensamento de política econômica dos intelectuais que compunham o ISEB, aos quais se contrapunham os mencionados "entreguistas" – muitos dos quais concentrados nos organismos-anitítese do ISEB, o IPES e o IBAD. Para estes, a política econômica deveria seguir os cânones liberais da não-intervenção estatal na economia, do absoluto rigor fiscal e da extrema ortodoxia monetária.

No que concerne ao pensamento brasileiro de política externa no período, a polaridade se repetia. Nesse campo, aos "entreguistas" chamava-se "americanistas", pois estes defendiam um alinhamento à potência hemisférica, com argumentos que iam desde o pertencimento comum à civilização cristã-ocidental – em contraposição ao materialismo soviético – até aspectos de complementariedade econômica e "guarda-chuva" nuclear. Para os americanistas, o alinhamento aos EUA seria a forma menos onerosa de dependência para uma potência de segunda classe como o Brasil.

Os intelectuais do ISEB, por sua vez, pensavam de forma diametralmente oposta. Muitos deles, como Hélio Jaguaribe, por exemplo, defendiam uma política externa neutralista. Para eles, o grande embate internacional em que o Brasil estava inserido não



era o Leste-Oeste, mas o Norte-Sul. Nesse sentido, o Brasil deveria articular-se com as emergentes nações afro-asiáticas que compartilhavam consigo a saga pelo desenvolvimento socioeconômico. A política externa brasileira, portanto, deveria ser universalista, desideologizada e pragmática, tendo sempre como norte o desenvolvimento nacional.

As formulações isebianas são, conforme mencionado, flagrantes no nacional-desenvolvimentismo econômico do segundo governo Vargas, por exemplo, bem como no projeto das Reformas de Base do governo João Goulart. Em política externa, o auge das ideias isebianas encontra-se na Política Externa Independente (PEI), que Brito Cruz classifica como “quase-neutralista”. Na PEI, é óbvia a desideologização da política externa brasileira e sua busca por novos horizontes, para além de fronteiras físicas e ideológicas. Nesse ponto, vale ressaltar que, apesar de bastante identificadas com ideias de esquerda, as formulações isebianas tiveram reflexos até mesmo nas políticas econômica e externa do regime militar, o que pode ser verificado no II PND e no Pragmatismo Responsável e Ecumênico de Geisel e Azeredo da Silveira.

Percebe-se, nesse sentido, que o pensamento isebiano é basilar do pensamento social progressista brasileiro, tendo influências até os dias atuais, quando se percebe, a partir do governo Lula, a retomada de ideias nacional-desenvolvimentistas no plano econômico e de uma política externa que galga sua autonomia na diversificação – de parceiros e de prioridades.

QUESTÃO 4

A Petrobras completa, em 2013, sessenta anos de sua criação. Comente sua evolução histórica na formação do cenário brasileiro nos anos 1970 e na política externa nacional desse período.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

FELIPE EDUARDO LIEBL (17/20)

A Petrobras é uma das maiores empresas no ramo petrolífero mundial. Sua criação, no segundo governo Vargas (51-54), corresponde ao resultado de intensos debates nacionais e de um jogo político de membros da UDN. Inicialmente monopolizadora da extração e de grande parte do refino, a Petrobras apresentava pouca produção de petróleo, centrada, principalmente, na Bahia. Uma alteração significativa ocorre com o aumento brusco dos preços do petróleo no cenário internacional em 1973, que leva os governos brasileiros a valorizarem a Petrobras como mecanismo de diminuição da dependência energética brasileira e de fortalecimento de políticas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico nacionais, o que transforma a Petrobras em importante variável na política externa brasileira.

A economia brasileira, no início da década de 1970, era muito dependente da importação de petróleo. Com o choque nos preços de 1973, houve efeitos significativos no balanço de pagamentos brasileiro e no funcionamento da economia nacional. Para diminuir



essa dependência, o governo investe na Petrobras, que passa a fazer a prospecção de petróleo em águas profundas, com a descoberta da Bacia de Campos. Monopolizadora de importante parte do sistema do petróleo, a estatal passa a desempenhar um papel relevante na política de subsídios e de taxaço do modelo adotado pelo regime de 1964 a 1985. A valorização da Petrobras foi também percebida pela política de aprimoramento das condições e do nível, tanto qualitativo como quantitativo, de seus empregados, em uma empresa com o prestígio elevado.

O choque do petróleo conferiu mais ênfase a algumas das premissas da política externa brasileira. Um exemplo disso é a valorização do pleito, já muito forte no governo Médici, de expansão do mar territorial brasileiro até o limite de 200 milhas náuticas. Esse pleito viu-se reforçado pela necessidade de colocar os novos campos de petróleo a serem explorados sob a jurisdição brasileira e gerou atritos com países como os EUA. O discurso em prol do desenvolvimento é também valorizado, na medida em que as dificuldades nacionais também são percebidas por países em situação semelhante à brasileira.

A nova situação brasileira levou o país a buscar, na diversificação de parcerias, uma maneira de reduzir sua dependência. Já detentor de capacidade de refino, o Brasil almeja ampliar o rol de parceiros comerciais exportadores. Data desse período acordos com países africanos exportadores de petróleo. Jerry Dávila descreve, em *Hotel Tropic*, os acordos do Brasil com a Nigéria, nos quais a Petrobras trocava petróleo por manufaturas “tropicais” sob a marca “TAMA”. O Brasil também aproximava-se de países do Oriente Médio, com o fito de trocar manufaturas por petróleo, como ocorreu, com sucesso, no caso do Iraque. Deve-se verificar que esses novos parceiros e as novas necessidades impuseram outras condicionantes à política externa brasileira no período. A oposição nigeriana à posição brasileira na desvalorização portuguesa e na questão da África do Sul, com ameaças a boicotes ao país e a mudança para um posicionamento mais pró-árabe, inclusive com o voto antissemita na AGNU, correspondem a reflexos dessa nova perspectiva.

A crise do petróleo levou o país a buscar a valorização de novas tecnologias energéticas, como no caso do uso do etanol e da energia nuclear. Ao valorizar o elemento tecnológico, o país buscou novos parceiros, como a República Federal da Alemanha. Esse pensamento estratégico também estava presente na Petrobras, na medida em que o presidente Geisel havia presidido a própria Petrobras anteriormente. A estatal não fazia apenas intermediações de comércio exterior, mas também agia para formular centros de capacitação e de treinamento de pessoal, sobretudo centrados no Rio de Janeiro, que aumentavam a capacidade técnica de extração e de refino do petróleo. Ao investir na Petrobras, o Estado brasileiro não apenas reduzia a dependência tecnológica, mas também capacitava o Brasil em uma indústria muito relevante.

A política de valorização da Petrobras teve vários legados, tanto na política interna como na externa. No que concerne à política externa, foi mais um passo no sentido do ecumenismo de parceiros do Brasil, conduzido de maneira pragmática e que alterou algumas posições do Brasil. No âmbito interno, houve avanços significativos na capacidade técnica e no tamanho da Petrobras, atualmente uma das maiores empresas do ramo no mundo. a ênfase na prospecção marinha foi muito positiva, na medida em que possibilitou a descoberta e a extração de petróleo em áreas de águas profundas, com destaque ao pré-sal contemporâneo. Investir na Petrobras fez o país não apenas diminuir sua dependência energética, mas também capacitar-se para ser, no futuro próximo, um grande exportador.

* * *



HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa (Primeira Fase): 1 Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As Relações Internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX. 7 A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.



GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases): 1 História da Geografia: 1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico. 1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa. 1.3 As principais correntes metodológicas da Geografia. 2 A Geografia da População. 2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo. 2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intra-nacionais. 2.3. Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações. 3 Geografia Econômica. 3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho. 3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais. 3.3. Energia, logística e re-ordenamento territorial pós-fordista. 3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil. 4 Geografia Agrária. 4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais. 4.2 Estruturação e funcionamento do agro-negócio no Brasil e no mundo. 4.3. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro. 5 Geografia Urbana. 5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades. 5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais. 5.3. Dinâmica intra-urbana das metrópoles brasileiras. 5.4. O papel das cidades-médias na modernização do Brasil. 6 Geografia Política. 6.1. Teorias geopolíticas e poder mundial. 6.2. Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço. 6.3. Relações Estado e território. 6.4. Formação territorial do Brasil. 7 Geografia e gestão ambiental. 7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais. 7.2. Macro-divisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas 7.3. Política e gestão ambiental no Brasil.

Prova de 2013

QUESTÃO 1

O acordo de Sykes-Picot, assinado em 1916 entre França e Grã-Bretanha, definiu a partilha de territórios pertencentes ao antigo Império Otomano no Oriente Médio. Aponte qual o princípio geopolítico que norteou a divisão dos territórios e explique como foram divididas as fronteiras entre os dois países.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

FELIPE NEVES CAETANO RIBEIRO (30/30)

O Oriente Médio constitui, historicamente, um “hotspot” da geopolítica mundial. Seja nas concepções de Spykman acerca do “Rimland”, áreas peninsulares que circundam o “heartland”, ou nas concepções de Zbigniew Brzezinski acerca da área balcânica eurasiânica, constata-se a grande importância dessa região não apenas em decorrência de sua topopolítica, mas também devido à sua fisiopolítica e a seus recursos naturais de poder,



ainda valorizados pela geopolítica atual. O acordo Sykes-Picot, negociado durante a Primeira Guerra Mundial entre França e Inglaterra, dispoendo acerca das divisões do esfacelado Império Otomano, baseou-se no princípio geopolítico das esferas de influência e prestou-se a promover interesses britânicos e franceses na região.

O esfacelamento do Império Otomano revelava as reminiscências do chamado “grande jogo” geopolítico na Europa, caracterizado pelos esforços ingleses de conter a Rússia e seu acesso a mares quentes, sobretudo durante o século XIX. Ocorre que as revoltas enfrentadas pelo Império Otomano nos Balcãs e nos países árabes enfraqueciam, crescentemente, o “grande enfermo” europeu, abrindo um vácuo de poder em uma região estratégica, principalmente para os interesses britânicos. A Primeira Guerra Mundial, em que o Império Otomano se colocou ao lado da tríplice aliança liderada pelo Império Alemão, em oposição à tríplice entente, foi o golpe final para o Império Otomano e para o que Eric Hobsbawm denominou de “Eras dos Impérios”, ainda que o imperialismo franco-britânico permanecesse na região.

Diante do fim do Império Otomano, protegido pelos ingleses no século XIX para evitar o expansionismo russo, França e Inglaterra entabulam negociações que vão ocorrer em detrimento da comunidade judaica, do sionismo e do povo árabe. Na concepção inglesa, mais importante que o sionismo e a futura declaração Balfour, em que prometeria apoiar um Estado judeu na Palestina, ou mesmo as promessas feitas aos governantes da Jordânia e do Iraque, era garantir que o vácuo de poder na “terra dos cinco mares” não fosse preenchido por outra potência, em especial aquelas às quais se opunha durante a guerra. É nesse cenário de redefinição geopolítica, anterior à Revolução Russa, que se estabelece o acordo Sykes-Picot, definindo as fronteiras de territórios antes pertencentes ao Império Otomano, com base no princípio das áreas de influência e sem descuidar dos interesses estratégicos dos países envolvidos.

O acordo Sykes-Picot dividiu as fronteiras entre Inglaterra e França em uma área que se estende do Mediterrâneo ao golfo pérsico, de maneira a atender os interesses das duas principais potências envolvidas. Nesse contexto, é relevante considerar que os interesses franco-britânicos no Oriente Médio e na Ásia menor remontam à presença no Egito em meados do século XIX, que permitiu aos franceses construir o canal de Suez, até a tomada do poder pelos britânicos, aumentando rivalidades entre essas duas potências, apaziguadas após a crise de Fashoda. Além do canal de Suez, estratégico para permitir o acesso do Mediterrâneo ao oceano Índico, cumpre destacar o caráter igualmente estratégico do golfo de Ácaba e do estreito de Ormuz, dos quais a Inglaterra se aproximaria por meio do acordo Sykes-Picot. A França, por sua vez, expandiria sua influência, com acesso a novos portos no Mediterrâneo e maior ascendência sobre territórios já conquistados, como a Argélia.

A partilha feita pelo acordo Sykes-Picot dividiu territórios do Império Otomano da seguinte forma: a França teria controle sobre Líbano, Síria e sudeste da Turquia, enquanto a Inglaterra controlaria territórios do Iraque à Palestina, tendo grande influência sobre as autoridades da Arábia e da Jordânia. Dessa forma, consagrava-se o princípio das áreas de influência, perfazendo fronteiras contíguas entre os territórios sob o controle da Inglaterra e da França, o que visava também a conter os interesses de outras potências, em um espaço que configurava a grande hinterlândia do Oriente Médio. A França controlaria o norte da região, ao passo que a Inglaterra controlaria uma área próxima ao canal de Suez, na iminência da independência do Egito, além do Iraque, próximo ao Irã – alvo crescente dos interesses ingleses, com a descoberta de reservas de hidrocarbonetos.

A forma como se deu o acordo Sykes-Picot e suas áreas de influência teriam grande impacto na configuração geopolítica da região, com repercussões ainda nos dias atuais. A



independência das áreas sob o domínio franco-britânico coincide, após a Segunda Guerra Mundial, com o período em que o Oriente Médio passa a ser visto como um “hotspot” geopolítico não apenas devido a seus recursos, mas também devido ao surgimento de animosidades e de conflitos. As fronteiras artificiais do acordo Sykes-Picot ignoraram as diferenças religiosas e étnicas existentes na região. De modo similar ao acordo de Lausanne, que definiu as fronteiras da Turquia, o acordo Sykes-Picot não se preocupou, por exemplo, com as populações curdas no Iraque e no norte da Síria, o que repercute, ainda, em conflitos atuais.

De forma semelhante, é possível relacionar o acordo Sykes-Picot a importantes questões políticas e geopolíticas que marcaram o século XX, a exemplo da queda de Mossaddeq no Irã em 1953, até então sob a influência britânica, ao conflito palestino-israelense, considerando-se as dificuldades para definir as fronteiras regionais, além da criação do Kuwait, revelando o intento de manter a influência estrangeira na região. Nesse sentido, o acordo Sykes-Picot e seus desdobramentos revelam-se importantes para a compreensão da geopolítica no início do século XX, resultante de interesses que remontam ao século anterior e que repercutem atualmente.

O acordo Sykes-Picot entre Inglaterra e França baseou-se na ideia de áreas de influência e dividiu antigos territórios do Império Otomano, de modo a favorecer desígnios franco-britânicos no Oriente Médio. As fronteiras não levaram em conta os interesses da população regional, o que resultou em conflitos em uma área que permanece central para a compreensão das questões geopolíticas no mundo atual.

QUESTÃO 2

Estados Unidos da América, China e Rússia possuem visões bastante distintas a respeito de seu próprio futuro energético. Discrimine quais são estas visões, identificando até que ponto cada uma delas se ajusta ou não ao paradigma do "desenvolvimento sustentável".

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

CAIO GROTTONE TEIXEIRA DA MOTA (30/30)

O desenvolvimento sustentável, em âmbito global, dependerá, em grande medida, das estratégias das grandes potências quanto ao seu futuro energético. Nesse cenário, destacam-se recentes desdobramentos nos EUA, na Rússia e na China. De maneira geral, os hidrocarbonetos têm mantido importância estratégica crucial para a economia e para a geopolítica dessas nações. O impacto sobre o meio ambiente, contudo, deve ser analisado caso a caso, dada a emergência de novas oportunidades e desafios no século XXI.

Nos EUA, uma nova fronteira energética foi aberta, nos últimos anos, com a tecnologia do fraturamento de rochas de xisto, impregnadas de hidrocarbonetos. Antes inviável, a exploração do "shale gas" e do "tight oil" pode transformar os EUA no maior



produtor mundial de gás natural (superando a Rússia por volta de 2015) e mesmo de petróleo (superando a Rússia e a Arábia Saudita por volta de 2017). Os EUA, ademais, possuem essas reservas perto de grandes centros industriais, o que poupará gastos de infraestrutura, como oleodutos e gasodutos.

As consequências da revolução do xisto são inúmeras. A oferta de gás natural barato deverá atrair para o território estadunidense investimentos de indústrias eletrointensivas, gerando empregos locais, mas prejudicando países emergentes. O déficit na balança comercial, que agrava a dependência de financiamento externo no atual contexto de discussão sobre o teto da dívida pública, será mitigado. O impacto ambiental, por sua vez, tem dividido a opinião pública. De um lado, o aumento da participação do gás natural na matriz energética, ao substituir o carvão mineral pelo gás natural, contribui para a redução da emissão de gases-estufa, coadunando-se com os esforços de redução da poluição do ar e do aquecimento global. De outro lado, a tecnologia do fraturamento emite gás metano, mais nocivo para o efeito estufa do que o gás carbônico, e pode contaminar, com produtos químicos, lençóis freáticos e aquíferos. O ajuste da nova estratégia energética estadunidense ao desenvolvimento sustentável dependerá, portanto, dos avanços da tecnologia do fraturamento em evitar impactos ambientais.

Outra consequência da produção estadunidense do gás de xisto tem sido a exportação de carvão mineral a preços mais baixos para a Europa Ocidental. Embora isso contrarie esforços da UE de combate à mudança climática, o alívio financeiro no contexto de crise é inegável. Esse movimento pode ser capaz de reduzir a dependência energética da Europa em relação ao gás russo, que envolve a "geopolítica dos dutos". Os EUA, para reduzir o poder de barganha russo diante dos europeus, haviam apoiado a construção do gasoduto Nabucco, que levaria o gás natural dos países do Mar Cáspio à Europa passando pela Turquia (membro histórico da OTAN). Esse projeto foi sobrepujado por iniciativas russas mais bem-sucedidas, como o South Stream e o Nord Stream, que consolidaram grande participação do gás russo nas matrizes energéticas do leste europeu, da Alemanha e da Itália.

A estratégia energética russa baseia-se, de maneira geral, em dois pilares: a exportação dos hidrocarbonetos de suas extensas bacias sedimentares à Europa e a submissão política dos países que compõem seu "Exterior Próximo". No contexto da guerra ao terror, quando a Rússia também era ameaçada por separatismos em territórios de maioria muçulmana, Putin consentiu com o estabelecimento de bases estadunidenses em algumas das repúblicas que compunham a URSS. Hoje, essas bases aumentaram a influência dos EUA sobre os recursos do Mar Cáspio, reeditando o "grande jogo" do século XIX, travado entre russos e britânicos. Os estadistas russos tendem a enquadrar sua política energética em perspectiva geopolítica, visto que seus recursos naturais têm possibilitado a manutenção de sua influência política e a recuperação econômica com Putin, após anos de crise com Yeltsin. A possibilidade favorável ao desenvolvimento sustentável decorre dos fundos soberanos formados a partir da receita obtida com tarifas de exportação sobre hidrocarbonetos. A exemplo de países do Oriente Médio, a Rússia pode financiar, com esses fundos, o desenvolvimento de tecnologias para energia alternativa, visando a um contexto futuro de escassez de petróleo.

A China, por sua vez, deve tornar-se a maior importadora líquida de petróleo do mundo em 2013, ultrapassando os EUA. Embora seja a líder mundial em investimentos "verdes", é o maior poluidor do mundo, devido ao carvão mineral predominante em sua matriz. As reformas propostas por Xi Jinping vão ao encontro da necessidade de fortalecer o pilar ambiental do desenvolvimento sustentável chinês. O apoio à produção de painéis solares, que têm ganhado destaque no mercado europeu e que originaram grande contencioso comercial na OMC, exemplifica esse quadro. De todo modo, a China não



descuidou dos hidrocarbonetos. Suas petrolíferas estatais lançaram, nos últimos anos, agressiva política de investimentos no mundo. Alguns temem que a ideia seja suprir a demanda chinesa crescente por petróleo. Contudo, essas empresas têm vendido petróleo no mercado internacional, mostrando maior interesse na aquisição de tecnologia. Disso decorre sua participação no recente no leilão de Libra no Brasil: acesso à tecnologia da Petrobrás sobre exploração em águas profundas.

Recentes desdobramentos sobre política energética oferecem prós e contras para o desenvolvimento sustentável. É importante ressaltar que o foco recente na "revolução do xisto" não deve ofuscar os avanços tecnológicos experimentados por fontes alternativas. O Brasil, que, ao lado dos EUA e do Canadá, será um dos maiores contribuidores para o aumento da produção mundial de petróleo, tem uma matriz energética relativamente limpa, está na vanguarda dos biocombustíveis e apresentou, em 2012, crescimento de 87% na geração de energia eólica. Ainda assim, os hidrocarbonetos, tradicionalmente apontados como "vilões ambientais", podem fortalecer os três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), desde que políticas públicas adequadas acompanhem sua exploração. Se EUA, China e Rússia se pautarem pelo equilíbrio que caracteriza as políticas brasileiras, o desenvolvimento sustentável poderá ser fortalecido.

QUESTÃO 3

O avanço da cafeicultura em território paulista foi marcado por um novo padrão geográfico de ocupação do solo, que contrariava alguns elementos básicos do modelo de organização territorial estabelecido desde os tempos coloniais. Aponte a inovação básica introduzida, fazendo uma explanação comparativa entre os modelos.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

ALEXANDRE PIANA LEMOS (20/20)

O avanço da cafeicultura em território paulista deu início a um novo padrão de ocupação do solo, que se diferenciou tanto do modelo de organização territorial consolidado desde os tempos coloniais quanto do modelo adotado inicialmente pelos cafeicultores das áreas mais antigas do Vale do Paraíba. O novo "Oeste paulista" distinguiu-se pela maior densidade técnica de seu modelo, assim como pelo uso que fez da mão-de-obra imigrante e, finalmente, por seu caráter menos autárquico, que favoreceu a maior integração do território nacional, aluindo as bases do modelo de "arquipélagos" que então vigorava.

O modelo vigente desde os tempos coloniais era de uma ocupação extensiva da terra, com baixo nível de produtividade e com pouca preocupação com o desgaste do solo. Ao esgotar-se a produtividade de certas porções do território, passava-se a outras, sem a preocupação com a recuperação do solo. O avanço da cafeicultura paulista no "novo Oeste" deu-se em outras bases. Iniciou-se um uso mais intensivo da terra – a rica "terra



roxa” do planalto paulista –, assentado em maior densidade técnica. Os capitais ingleses permitiram o incremento tecnológico da produção e, assim, maior produtividade.

A maior produtividade, evidentemente, também está relacionada à qualidade da mão-de-obra. Enquanto o modelo territorial tradicional baseou-se no intenso uso da mão-de-obra escrava, o novo modelo paulista, já prevendo a escassez de mão-de-obra servil desde a lei Eusébio de Queirós (de 1850), incentivou a vinda de imigrantes, que, trabalhando crescentemente sob o regime de colonato, contribuíram com seu cabedal de conhecimentos técnicos para o incremento da produtividade e, ao mesmo tempo, foram fundamentais, como mão-de-obra livre, para fomentar um mercado interno.

Ao fomentar um mercado interno, por sua vez, o novo modelo paulista começou a romper com o modelo de produção autárquico que vigeu durante a maior parte de nossa história. A cafeicultura paulista incentivou o investimento em ferrovias, silos de armazenamento, portos, além de fomentar a crescente urbanização e industrialização do território brasileiro. Os cafeicultores, em grande parte, passaram a habitar em cidades, ao passo que o processo produtivo concentrava-se no campo. Essa separação entre local de produção e as cidades foi possibilitada pela maior fluidez que os investimentos em infraestrutura conferiram ao território brasileiro.

O novo modelo paulista, desse modo, constituiu modelo de transição entre complexos agrários e complexos agroindustriais, sendo que estes viriam a consolidar-se ao longo do século XX. O complexo cafeicultor paulista, assim, contribuiria para acabar com o modelo territorial de arquipélagos, vigente desde a Colônia, e para integrar, aos poucos, o território brasileiro, processo de integração que seria liderado por São Paulo e que levaria à conformação da “região concentrada” (a que se referia Milton Santos) e a um modelo territorial extremamente concentrado no Sudeste.

QUESTÃO 4

Depois de décadas em declínio, a população rural de alguns países começa a se estabilizar e até a apresentar leve crescimento. Explique os motivos atribuídos pelos demógrafos a tal comportamento dessa variável populacional e discorra sobre suas potencialidades nos próximos anos.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

FELIPE NEVES CAETANO RIBEIRO (20/20)

A terra é um planeta urbanizado. Desde 2008, a população urbana supera a população rural, o que não implica a inexistência de mobilidade humana em sentido inverso. A estabilização e o leve crescimento da população rural em alguns países desafiam uma das leis da migração de E. Ravenstein e mesmo a tendência atual de associar o crescimento demográfico aos centros urbanos, que, de acordo com W. Thompson, configuram um espaço favorável ao aumento populacional. Nesse contexto, os motivos



atribuídos por demógrafos para a estabilização e para o crescimento da população rural em alguns países envolvem a saturação do meio urbano, a disseminação de atividades de serviços no meio rural, além de “greenfields”, que implicam possibilidades econômicas para a população no campo.

O primeiro motivo que explica a estabilização e até o aumento da população rural em alguns países está relacionado à saturação do meio urbano. Esse elemento refere-se à perda de qualidade de vida, englobando serviços e facilidades, como transporte público e saúde dos cidadãos, afetados pelo stress e pela poluição, por exemplo. Tal fenômeno está ligado, em alguns casos, à involução metropolitana, referindo-se à perda da qualidade de serviços nas metrópoles, e também ao esgotamento da fronteira urbana, relacionado, por sua vez, à periferação e à especulação imobiliária. Além disso, há o processo de “detroitização” de algumas cidades, que também leva diversos cidadãos a procurarem o campo e nele permanecer.

Um segundo motivo que explica a estabilização e o crescimento da população rural relaciona-se a novas oportunidades que emergem nas áreas rurais, como o oferecimento de serviços e de outras atividades econômicas. Maximilien Sorre afirma que o fato capital é a ubiquidade do homem, capaz de explicar suas tendências de ocupação de mobilidade. Nesse sentido, serviços relacionados aos setores a montante e a jusante da atividade agrícola conduzem indústrias ao campo, o que favorece a permanência no meio rural, em que surgem “greenfields” industriais, demandando mão-de-obra. A disseminação do ecoturismo ou “agroturismo”, existentes no interior da França e dos Estados Unidos, constituem outro elemento usado por demógrafos para explicar a permanência da população no campo. Cumpre ressaltar, ainda, os incentivos conferidos por governos para a permanência no meio rural e mesmo para a migração, conforme verificado na Europa, o que é fortalecido por programas de concessão de subsídios, como a PAC europeia, ou os estímulos ao algodão nos Estados Unidos, tornando a cotonicultura um elemento de atração.

Quanto às potencialidades para os próximos anos, é relevante destacar a perspectiva de um maior equilíbrio entre a população urbana e a população rural em alguns países desenvolvidos, onde a tendência em comento merece destaque. Embora não seja possível falar na redução do ritmo de urbanização global, capitaneado atualmente pela África e pela Ásia, é possível referir-se a um maior equilíbrio nos países desenvolvidos e até em alguns países emergentes, o que configura uma perspectiva de longo prazo. Outra tendência que deve ser acentuada é o potencial de aumento da renda da população rural e da atratividade do campo, em que se verifica uma melhor difusão do meio técnico-científico-informacional, em espaços outrora caracterizados pela opacidade, viscosidade e lentidão. A emergência crescente do fato capital no campo, somada a um adensamento técnico, configura uma janela de oportunidade para a disseminação de práticas sustentáveis, conforme já se verifica em serviços comerciais e turísticos oferecidos no campo, bem como em indústrias, que compreendem a importância da preservação para sua renda e sustentabilidade.

A estabilização e o aumento da população rural de alguns países são, em suma, explicados por fatores que incluem a saturação urbana, surgimento de um mercado lucrativo de serviços (como o turismo) e até o fator industrial em áreas rurais, além de estímulos diretos e indiretos oferecidos por governos, potencializando a atratividade do campo, o equilíbrio e a sustentabilidade.



POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

POLÍTICA INTERNACIONAL (Primeira e Terceira Fases): 1 Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2 A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3 O Brasil e a América do Sul. 3.1 Integração na América do Sul. 3.2 O MERCOSUL: Origens do processo de integração no Cone Sul: objetivos, características e estágio atual de integração. 3.3 A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). 3.4 A União Sul-Americana de Nações: objetivos e estrutura. 3.5 O Conselho de Defesa da América do Sul. 4 A política externa argentina; a Argentina e o Brasil. 5 A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6 Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7 A Política externa francesa e relações com o Brasil. 8 Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9 Política externa alemã e relações com o Brasil. 10 A União Européia e o Brasil. 11 Política externa russa e relações com o Brasil. 12 A África e o Brasil. 13 A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14 Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16 A agenda internacional e o Brasil: 16.1 O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as Conferências Internacionais; os órgãos multilaterais. 16.2 Desenvolvimento. 16.3 Pobreza e ações de combate à fome. 16.4 Meio ambiente. 16.5 Direitos Humanos. 16.6 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC). 16.7 Sistema financeiro internacional. 16.8 Desarmamento e não-proliferação. 16.9 Terrorismo. 16.10 Narcotráfico. 16.11 A reforma das Nações Unidas. 17 O Brasil e o sistema interamericano. 18 O Brasil e a formação dos blocos econômicos. 19 A dimensão da segurança na política exterior do Brasil. 20 O Brasil e as coalizões internacionais: o G-20, o IBAS e o BRIC. 21 O Brasil e a cooperação sul-sul.

Prova de 2013

QUESTÃO 1

Leia os seguintes trechos.

- I "Os desdobramentos preocupantes no campo da paz e da segurança internacional demonstram a necessidade de valorização cada vez maior da diplomacia e dos meios pacíficos de solução de controvérsias. Neste, assim como em outros casos, estaremos atentos para a contribuição que o Brasil pode e deve dar, especialmente num contexto de uma já inadiável transformação da governança internacional, que inclui a reforma do Conselho de Segurança"

Discurso de Posse do Embaixador
Luiz Alberto Figueiredo Machado no
cargo de Ministro de Estado das
Relações Exteriores, 28 de agosto



de 2013.

- II "O traço definidor do multilateralismo é não apenas que ele coordena as políticas nacionais entre grupos de três ou mais Estados (...), mas adicionalmente que o faz com base em certos princípios de ordenamento das relações entre os Estados".

John Ruggie. **Multilateralism: The Anatomy of an Institution**. In: *International Organization*, 46, verão de 1992.

Considerando os trechos acima como motivadores, elabore o conceito de multilateralismo, examine as funções do Conselho de Segurança e, com base nisso, analise o tratamento internacional do conflito na Síria.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

VITOR AUGUSTO CARVALHO SALGADO DA CRUZ (27/30)

O fato de a Arábia Saudita ter sido recentemente eleita para o Conselho de Segurança das Nações Unidas e ter renunciado ao posto logo em seguida soma-se à letárgica ação desse órgão em relação à crise na Síria e à situação do povo palestino para evidenciar os problemas que perpassam a atual governança global, em especial no que concerne o tema da paz e da segurança internacional. Em face desses desafios, o Brasil, país historicamente vinculado à defesa do multilateralismo, propõe a reforma da governança global com base em parâmetros de legitimidade e eficácia.

O conceito de multilateralismo elaborado por John Ruggie diz respeito à cooperação nas relações internacionais em consonância com princípios compartilhados. Em um mundo caracterizado por desafios que afetam todos os Estados, nos âmbitos da segurança, da economia e do meio-ambiente, o multilateralismo é a melhor forma de se alcançar soluções concertadas. Segundo Kofi Annan, o multilateralismo, por si só, não garante o sucesso, no entanto, o unilateralismo representa a certeza do fracasso. Nesse sentido, as ações unilaterais devem ser evitadas, o que é corroborado pelos recentes fracassos de países que optaram por empreender iniciativas de forma unilateral. As mudanças que perpassam a atualidade determinam o surgimento de novos polos de poder, o que estimulou Jochen Prantl a formular a ideia de que o mundo atual é caracterizado por uma "multipolaridade sem multilateralismo". Esse cenário enseja instabilidades recorrentes, na medida em que o multilateralismo deve ser entendido como a expressão jurídica de uma ordem multipolar. Ademais, pode-se ressaltar que a multipolaridade não representará uma ordem mundial mais justa e equilibrada caso não seja acompanhada por regras claras que sejam aplicáveis a todos os países em igual medida. Assim, para se evitar uma multipolaridade de confrontação, faz-se necessário trabalhar por uma multipolaridade benigna, capaz de organizar e fomentar a cooperação entre os povos.

A Carta da ONU representa um dos mais significativos compromissos assumidos pela sociedade internacional em relação ao multilateralismo. A ONU foi criada para evitar que os Estados incorressem em ações unilaterais, como aquelas que conduziram o mundo a duas Guerras Mundiais. O Conselho de Segurança é o principal órgão da ONU para



questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacional, cabendo a ele adotar medidas solução de controvérsias de caráter pacífico (Capítulo VI) ou coercitivo (VII). Deve-se observar, entretanto, que o atual formato do Conselho, com dez membros não permanentes e cinco permanentes, muitas vezes cria impasses, que têm altos custos humanitários. O Conselho foi projetado para que os desafios internacionais fossem resolvidos por meio da concertação multilateral, porém frequentemente as disputas entre seus membros o tornaram inativo e ineficaz. Um dos fatores que contribuem para esse cenário é que alguns membros percebem o Conselho como mero legitimador de intervenções em outros países ao invés de foro de concertação política capaz de gerar soluções pacíficas.

O conflito na Síria foi iniciado no contexto da chamada “Primavera Árabe” em 2011, mas o Conselho somente foi capaz de emitir uma decisão em 2013. A resolução 2118, que incorpora o acordo entre EUA e Rússia sobre a Síria e o uso de armas químicas, foi um importante avanço, no entanto, a demora em se alcançar um acordo determinou a morte de centenas de milhares de pessoas, assim como a existência de milhões de refugiados e de deslocados internos. A letárgica ação do Conselho permitiu, portanto, a consubstanciação do que a presidenta Dilma Rousseff chamou de a maior tragédia humanitária do século XXI. A questão síria é complexa, porquanto envolve diversos atores e interesses tanto no contexto interno quanto no externo. Assim, não há solução militar para o conflito, visto que nenhum dos lados consegue obter clara vantagem na guerra civil. O uso de armas químicas e a existência de segmentos terroristas entre os grupos opositoristas apenas complexifica ainda mais a questão. Apesar dos avanços decorrentes da colaboração entre a ONU e a OPAQ, faz-se necessário que o Conselho de Segurança atue de forma mais assertiva, por exemplo, por meio de decisões que cortem o fornecimento de material bélico para ambas as partes da disputa.

Para que o Conselho tenha capacidade de atuar de modo mais ativo, deve-se empreender uma reforma no órgão, visando incrementar sua legitimidade e sua eficácia. A legitimidade está diretamente relacionada ao déficit de representatividade do atual formato do Conselho. O fato de a categoria de membros não permanentes ter sido expandida apenas uma vez, na década de 1960, e de a categoria de membros permanentes nunca ter sido objeto de ampliação demonstra o anacronismo da atual configuração do Conselho. Vale lembrar que, quando foi fundada, a ONU tinha apenas 51 membros, enquanto na atualidade são 193. Uma reforma que ampliasse ambas as categorias torna-se imprescindível para que o Conselho seja dotado de maior representatividade, o que renovaria seu compromisso com o multilateralismo e evitaria tragédias como a da Síria, pois seria mais eficaz. O incremento da eficácia do órgão decorreria precisamente da capacidade de articular consensos que envolvam mais atores de relevo, como, por exemplo, Brasil, Índia, Japão e Alemanha e alguns países do continente africano.

Essa posição é defendida pelo Brasil, país que, segundo Amado Cervo, apresenta um compromisso histórico com o multilateralismo normativo. O multilateralismo possibilita aos Estados institucionalizar princípios de conduta que contribuam para a construção de uma ordem internacional mais justa e equilibrada. Nesse sentido, a estagnação do processo de reforma do Conselho de Segurança enfraquece o sistema de segurança internacional, na medida em que desrespeita a decisão adotada na Cúpula Mundial de 2005. Em um mundo globalizado, no qual as ameaças são crescentemente fragmentadas e difusas, somente uma concertação no âmbito multilateral será capaz de enfrentar desafios que são comuns e inter-relacionados, os quais ocorrem nos âmbitos econômico, social, ambiental e no de paz e de segurança.

**QUESTÃO 2**

A cooperação para o desenvolvimento internacional tem sido componente importante da política externa brasileira, com ramificações em áreas como cooperação técnica e humanitária. Ela orienta-se por princípios e práticas tais como o apoio ao progresso socioeconômico dos povos e o respeito às peculiaridades dos países que a recebem. Os analistas dividem-se com respeito a essa cooperação: para uns, ela constitui posição idealista, decorrente de perspectivas românticas da ordem internacional e pouco compatível com a extensão dos desafios internos; para outros, ela fortalece a imagem do País, consolida sua liderança e aporta benefícios econômicos de longo prazo. A partir dessas considerações, examine as principais características e condicionantes da cooperação brasileira para o desenvolvimento, bem como suas implicações para a inserção internacional do Brasil.

**Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)**

VICTOR CAMPOS CIRNE (29/30)

A cooperação brasileira para o desenvolvimento é um aspecto fundamental da política externa brasileira contemporânea. A instrumentalização da política externa para o desenvolvimento, objetivo primordial do Brasil, segundo Amado Cervo, desde a concepção de uma inserção internacional nacional-desenvolvimentista, na década de 1930, não se restringe, hodiernamente, ao desenvolvimento nacional interno. Em uma perspectiva solidária, a diplomacia brasileira tem envidado esforços, historicamente, para estabelecer uma cooperação com outros países do Sul. A noção de que esse esforço seria incompatível com a necessidade de resolução de problemas internos é sobrepujada pelas vantagens de longo prazo e pelas características essencialmente técnicas da cooperação realizada pelo Brasil.

O estabelecimento da cooperação internacional é uma prática tradicional do Brasil, país que foi receptor de grande cooperação internacional, mas que, ao longo do tempo, transformou-se em um país que, majoritariamente, implementa a cooperação internacional para o desenvolvimento. Essa longevidade é representada na própria época de criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). A ABC foi estabelecida, já na década de 1980, como órgão necessário para a articulação das diversas iniciativas que eram empreendidas pela diplomacia brasileira. Desde essa época, a capacitação e o expertise brasileiros em cooperação internacional, além da emergência do país no sistema internacional, têm incentivado o aumento crescente dessas iniciativas.

A reversão do papel tradicional da cooperação Norte-Sul para uma cooperação Sul-Sul, como a realizada pelo Brasil, acarreta algumas mudanças em relação às características tradicionais dessa política. Basicamente, a concepção de cooperação brasileira é horizontal, fugindo do padrão verticalizado de implantação de práticas pré-definidas. A diplomacia brasileira busca uma construção conjunta de projetos com outros países, tendo o objetivo de entender a realidade local, para ter maior sucesso na realização dos objetivos. O caráter multicultural, multirreligioso e diversificado da sociedade brasileira auxilia o estabelecimento



dessa noção dialógica de cooperação, que respeita a identidade e as particularidades das diferentes sociedades.

Isso não implica que o Brasil rejeite a participação do Norte. Assim como busca a triangulação de iniciativas em um contexto Sul-Sul, a partir de grupos como o IBAS (Índia – Brasil - África do Sul), a cooperação triangular com parceiros do Norte também é realizada. O Japão é um parceiro importante nesse tipo de empreitada, auxiliando iniciativas como o desenvolvimento agrícola em Moçambique. Essas parcerias são, usualmente, realizadas segundo as concepções brasileiras, sem as típicas exigências de condicionalidades feitas pelos países centrais. Recentemente, o BNDES, por exemplo, aprovou recursos para a implantação de sistemas de monitoramento florestas na América Andina via o Fundo Amazônia. Os recursos do Fundo Amazônia são integralizadas, especialmente, por Estados escandinavos, mas a administração dos financiamentos é feita pelo BNDES e, nesse caso, a execução do projeto será realizada pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

A América Latina e os países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foram, tradicionalmente, os espaços de atuação da cooperação brasileira. Entretanto, na última década, ocorreu uma expansão desse espectro de atuação, sob a lógica da “autonomia pela diversificação” descrita na obra de Tullo Vigevani. Países da África, Ásia e Oceania, importantes parceiros na lógica de uma inserção internacional ampla do Brasil como global player, têm estabelecido projetos de cooperação para o desenvolvimento com o Brasil. A instalação de um escritório da Embrapa em Gana é um exemplo desse aprofundamento em novos eixos.

O caso da Embrapa, assim como o do escritório da Fiocruz em Moçambique, ressalta a relevância do aspecto técnico sobre o financeiro na política de cooperação brasileira. O desenvolvimento de soluções para a realidade brasileira é extremamente compatível com as necessidades de outras regiões tropicais e em desenvolvimento. Adicionalmente, o Brasil não tem a mesma disponibilidade de recursos econômicos que outros Estados, mas apresenta essa vantagem comparativa técnica, demonstrada repetidamente no continente africano.

Em termos de princípios, essa concepção desenvolvimentista pode acarretar, inclusive, em disputas com os países centrais. A perspectiva brasileira de que a fabricação de produtos farmacêuticos para países de menor desenvolvimento relativo admite a flexibilização dos acordos de propriedade intelectual (TRIPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC) é motivo de controvérsia com alguns Estados centrais. A defesa de uma articulação Sul-Sul, em bases mais equitativas, pode ir de encontro com os interesses do Norte.

Apesar desses relativos constrangimentos, a implementação de uma estratégia de cooperação internacional ocasiona diversos benefícios para o Brasil. Em um momento de afirmação como Estado emergente, pronto para assumir responsabilidades no sistema internacional, o Brasil demonstrou seu engajamento na solução dos desafios encontrados para a promoção do desenvolvimento sustentável. A comprovação da efetividade do eixo Sul-Sul nas relações internacionais sustenta a defesa da atual multipolaridade do sistema e a perspectiva de que essa multiplicação de pólos pode ser benigna para a comunidade internacional, fomentando a estabilidade, o multilateralismo e o desenvolvimento.

Para a perspectiva das relações bilaterais, essa política ocasiona uma aproximação com novos espaços geográficos, incentivando o estabelecimento de novas parcerias estratégicas. A ascensão de novos espaços econômicos, pela cooperação para o desenvolvimento, propicia um incentivo para a retomada do crescimento econômico em um



período de crise internacional, abrindo novos mercados para a expansão do comércio exterior brasileiro e para a internacionalização das empresas brasileiras.

O Estado e a sociedade brasileira não simplesmente realizam projetos de cooperação. Eles implementam estratégias estruturadas, de longo prazo, com grande efetividade. Essas iniciativas são tradicionais e, simultaneamente, são necessárias para a redefinição da inserção internacional brasileira no contexto internacional moderno. A escassez de recursos e a relativa menor capacidade de potência do Brasil no sistema internacional ocasionam a necessidade, para a diplomacia brasileira, de fazer uma alocação de esforços eficiente no cenário externo. A cooperação para o desenvolvimento é uma política na qual o Brasil, historicamente, demonstra sua capacidade.

QUESTÃO 3

Discorra sobre a experiência recente do Brasil em operações de paz auspiciadas pela Organização das Nações Unidas. Discuta os riscos e as oportunidades que esses compromissos aportam para a condução da política externa brasileira no futuro próximo.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

LEONARDO ROCHA BENTO (16/20)

Nos últimos vinte e cinco anos, o Brasil tem reforçado seu engajamento multilateral, à luz da renovação de credenciais (Gelson Fonseca Jr.), promovida com a redemocratização interna. Nesse período, o país tem sido mais ativo na participação em operações de paz das Nações Unidas. Das cinco operações de paz para as quais o Brasil efetivamente enviou tropas, quatro delas – em Angola, Moçambique, Timor Leste e Haiti – ocorreram desde o fim da Guerra Fria. O engajamento brasileiro pode ser explicado pelo conceito de “reciprocidade difusa”, que deriva de sua inserção internacional contemporânea, e está acompanhado de riscos a serem enfrentados.

O período pós-Guerra Fria é caracterizado por uma ampliação do número de operações de paz, principalmente pelo incremento tanto do escopo de temas tratados pelo Conselho de Segurança quanto de sua produtividade. Após anos de afastamento nas participações em operações de paz, com tropas ou observadores, o Brasil vem incrementando seu envolvimento concomitantemente ao maior volume de atividades do Conselho. A liderança da MINUSTAH, missão de estabilização no Haiti, é o corolário do engajamento brasileiro e do enfoque voltado à temática do desenvolvimento. Nesse sentido, é importante ressaltar que esse enfoque acompanhou a renovação de credenciais brasileiras, por exemplo, com a proposição de uma Agenda para o Desenvolvimento, complementarmente à Agenda para a Paz, do ex-secretário-geral da ONU Boutros Boutros-Ghali, em 1992.

A atuação brasileira na MINUSTAH, desde 2004, revela o interesse do país em agir em prol da consolidação da paz (peacebuilding), um dos pilares das operações previsto na Agenda para a Paz. Não interessa ao país que apenas um cessar-fogo entre as partes em conflito seja alcançado. A paz, no longo prazo, depende de iniciativas



duradouras, que lidem com as condicionantes que provocaram a eclosão das hostilidades. No Haiti, uma companhia de engenharia do Exército Brasileiro construiu poços artesianos para que a população tivesse acesso a água limpa; há um projeto para a coleta de resíduos sólidos, financiado pelo Fundo IBAS; e a Unasul estabeleceu uma secretaria técnica específica para esse país. A liderança brasileira da MINUSTAH e a ênfase em uma atuação ampla contribuem para que o país aumente sua legitimidade, com base na lógica de reciprocidade difusa, em que os ganhos não são aferidos diretamente na área em que se está atuando.

A ampliação do engajamento brasileiro promove novas oportunidades, as quais estão acompanhadas de riscos que devem ser contidos. Essa ampliação tem-se dado também geograficamente, com a participação do país em missões fora de sua área tradicional de ação. O Brasil tem o comando da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, estabelecida pela Resolução 1701/06 do Conselho de Segurança. Desde 2006, apenas Estados da OTAN haviam exercido o comando dessa força-tarefa no Líbano, até que o Brasil foi investido na função e atualmente a exerce com a Fragata União. Recentemente, o general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, que esteve no Haiti, foi apontado para o comando militar da MONUSCO, missão da ONU em território congolês. A ampliação do escopo geográfico, que deriva de uma orientação de engajamento presente na Estratégia Nacional de Defesa, permite novas oportunidades de ganhos difusos, como o reconhecimento de que o país é capaz de assumir responsabilidades no cenário internacional, as quais não estão mais limitadas à sua região tradicional, mas têm alcance global.

É natural que, dado o incremento da ação externa brasileira, novos riscos surjam, mas o país está consciente de que eles precisam ser enfrentados corretamente. Em primeiro lugar, é possível apontar que o engajamento brasileiro, se for implementado com tropas, demandará a modernização das Forças Armadas do país. Esse risco já está sendo enfrentado por meio das iniciativas de reestruturação presentes na Estratégia Nacional de Defesa. Em segundo lugar, a ampliação do escopo de atuação não pode afastar o Brasil da região privilegiada de sua política externa. Para tanto, o país deve continuar empenhado em mecanismos regionais, como o Conselho de Defesa da Unasul, a CELAC e a OEA, de maneira a participar ativamente da solução dos problemas e dos desafios da região em matéria de segurança.

Os compromissos recentes assumidos pelo Brasil no que tange ao engajamento em operações de paz trazem grandes oportunidades para o país, principalmente na forma de ganhos difusos, como o reconhecimento de que está apto a assumir maiores responsabilidades globais. Há riscos inerentes ao aprofundamento da inserção internacional na matéria, mas o país já dispõe de estratégias para reduzi-los e para maximizar os benefícios.

QUESTÃO 4

Não há dúvida sobre o interesse brasileiro a respeito da normatização internacional sobre a delimitação dos espaços marítimos. Espera-se que a plataforma continental brasileira seja em breve alargada. Ao longo do litoral brasileiro, desenvolvem-se atividades econômicas, como a pesca, o turismo e a exploração de reservas de gás e petróleo, entre outros minerais, atividades que só crescerão em importância. A partir dessas considerações, responda, de forma fundamentada, o seguinte



questionamento: em que medida a ZOPACAS é um instrumento de promoção e defesa dos interesses brasileiros no Atlântico Sul?

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)**

ALEXANDRE PIANA LEMOS (20/20)

A Zopacas, estabelecida em 1986 por resolução da Assembleia Geral da ONU, tem ganhado cada vez mais importância para o Brasil como espaço de promoção e de defesa de nossos interesses no Atlântico Sul. O fortalecimento da Zopacas, conforme se depreende da última reunião ocorrida (em Montevideú, 2013), é importante para o Brasil por questões de segurança, assim como instrumento para promover interesses econômicos e para fortalecer a cooperação Sul-Sul.

Pelo Atlântico Sul passa mais de 90% do comércio brasileiro. Garantir a segurança dessa importante rota comercial, portanto, é de fundamental importância para o Brasil, ainda mais em um contexto de recrudescimento da pirataria no Golfo da Guiné, região por onde a Nigéria exporta 70% de seu petróleo – petróleo, em grande parte, importado pelo Brasil.

A dimensão econômica e de segurança, desse modo, estão interligadas, e a Zopacas pode contribuir para estabilizar o Atlântico Sul e, assim, promover os interesses econômicos dos países membros. É nesse sentido que deve ser entendida a declaração da Cúpula de Montevideú, em 2013, que reforçou a decisão de manter o Atlântico Sul como zona livre de armas nucleares e de armas de destruição em massa, em geral. Para o Brasil, é importante reforçar a zona de paz no Atlântico Sul, em um momento em que a OTAN, sob liderança dos Estados Unidos, estuda estender seu raio de influência para a porção sul do Atlântico.

A Zopacas é importante, nesse contexto, pelo potencial de configurar uma comunidade de segurança que gerencie seu próprio espaço, afastando ingerências externas, lógica que pode ser comparada, “cum granus salis”, à que presidiu a formação do Conselho de Defesa da Unasul. A importância de configurar uma comunidade de defesa é evidenciada quando se consideram as enormes riquezas minerais existentes no substrato marítimo do Atlântico Sul, riquezas levadas em consideração pelo Brasil ao pleitear a extensão de sua plataforma continental.

Estabelecer uma comunidade de segurança, por sua vez, significa superar rivalidades por meio da cooperação, lógica que preside a política de segurança do Brasil. A cooperação no Atlântico Sul é fundamental para a exploração da biodiversidade da região, sobretudo para explorar sustentavelmente a pesca, já ameaçada por ações ilegais e de pirataria. Nesse sentido, o Brasil tem unido a lógica da cooperação para reforçar a dimensão Sul-Sul de sua política, ao oferecer capacitação técnica aos países africanos membros da Zopacas para o melhor aproveitamento de seus recursos naturais, capacitação que se estende, igualmente, à dimensão de segurança: cabe lembrar que o Brasil realiza exercícios navais conjuntos com membros da Zopacas, e que a Marinha do Brasil coopera para a consolidação da marinha da Namíbia.



Desse modo, pode-se afirmar que a Zopacas é instrumento importante para a projeção dos interesses brasileiros no Atlântico Sul. Importante em suas dimensões de segurança e de comércio, a Zopacas fortalece a cooperação Sul-Sul e atende nossos interesses.

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 400 a 450 palavras (valor 50 pontos).

Será apenas a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

INGLÊS (Primeira e Terceira Fases): **Primeira Fase:** 1 Compreensão de textos escritos em língua inglesa. 2 Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos. **Terceira Fase:** 1 Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de ideias. 2 Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical. 3 Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical. 4 Resumo: capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto.

Orientação para estudo

1. Tradução - Translation, Part A (20 pontos)

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.



2. Versão - Translation, Part B (15 pontos)

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. Resumo - Summary (15 pontos)

O candidato deve apresentar capacidade de reelaborar, de forma concisa e coerente, o texto proposto. São critérios de avaliação a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão do texto, além naturalmente da correção e propriedade no uso da língua inglesa.

4. Redação - Composition (50 pontos)

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 50 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito “correção gramatical” implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

- a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
- b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
- c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.



Prova de 2013

TRANSLATION

(Total: 35 marks)

PART A (20 marks)

Iquitos, once a boom town, lies more than 2,000 miles from the mouth of the Amazon, yet here the river is still more than half a mile wide. You are deep in the steaming jungle. On both banks, rainforest comes tipping down to the water in a rough and tumble of vegetation sporting a million shades of green. Piranhas teem in the shallows while alligators idle on the banks. Birds of iridescent colours cackle and croak, whistle and squawk. Three-toed sloths lounge leisurely in the branches and monkeys career headlong through the treetops.

Into the midst of all this unbridled wildness there looms a floating incongruity in the discordant guise of a new three-storey luxury cruise boat. Aria, a 150-foot long glasshouse, is plying the waters around Iquitos at a point on the Amazon where Brazilian and Peruvian naval bases flaunt the armed flotillas farthest inland anywhere in the world. Luxury here spells everything the jungle is not: air conditioned, bug-, mud- and snake-free, comfortable and clean.

Internet: <www.spectator.co.uk/supplements/the-spectator-guide-to-cruises/7238013/its-a-jungle-out-there/> Retrieved on 13/9/2013.

Translate into Portuguese the previous excerpt adapted from Peter Hughes' article "It's a jungle out there", published in The Spectator on 17th September 2011.

IGOR ANDRADE VIDAL BARBOSA (17.5/20)

Iquitos, no passado uma cidade em crescimento, situa-se a mais de duas mil milhas de distância da entrada do rio Amazonas. Aqui, o rio tem mais de meia milha de largura. Você está nas profundezas dessa quente e úmida floresta. Em ambas as margens, a floresta tropical curva-se até a água em uma mistura desordenada de vegetação que possui milhões de gradações de verde. Piranhas abundam nas águas rasas enquanto jacarés descansam nas margens. Pássaros de cores brilhantes e chamativas fazem todos os tipos de barulhos e cantos. Preguiças de três dedos descansam agradavelmente nos galhos, e macacos deslocam-se rapidamente pelo topo das árvores.



No meio dessa natureza sem limites, aparece uma incongruência flutuante no formato discordante de um novo navio de luxo de três andares. Aria, uma casa de vidro com 150 pés de comprimento, está navegando nas águas ao redor de Iquitos, em um local do Amazonas em que bases navais brasileiras e peruanas exibem grupos de navios armados que estão mais no interior do continente do que em qualquer outro lugar do mundo. O luxo, aqui, é tudo que a floresta não é: com ar condicionado, livre de insetos, lama e cobras, confortável e limpa.

PART B (15 marks)

Os países da América se unem hoje com um sentimento comum de satisfação para comemorar o primeiro aniversário da Declaração de Paz do Itamaraty, de 17 de fevereiro de 1995, que restabeleceu a confiança e a amizade entre dois povos irmãos.

Esse é o caminho: o diálogo, nunca a confrontação; a razão, jamais a força. Serão, por certo, desafiadoras essas negociações. A agenda é densa e os temas se entrelaçam numa teia de condicionantes múltiplos. Acima de tudo, será preciso saber projetar uma visão de futuro, inspirada no interesse de longo prazo dos dois países. Uma visão que enfrente o desafio de buscar formas, mais do que de convivência pacífica, de desenvolvimento solidário. Esse processo, de dimensão histórica, deverá proporcionar que as Partes se sintam estimuladas a assumir, de forma gradual e progressiva, as tarefas e responsabilidades de, conjuntamente, assegurarem não tão somente a paz na região como também o desenvolvimento e o progresso social.

Source: *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número 78, 1º semestre de 1996, pp 37-38

Translate into English the excerpt above adapted from a speech delivered by the Brazilian Minister of State for External Relations, Ambassador Luís Felipe Lampreia, in Brasília on February 16th, 1996.

IGOR ANDRADE VIDAL BARBOSA (10.5/15)

The countries of America unite today with a common feeling of satisfaction to celebrate the first anniversary of the Peace Declaration of the Itamaraty, signed on the 17th of February 1995, which reestablished trust and friendship between two peoples that are brothers.

This is the path: dialogue, never confrontation; reason, never force. Negotiations will, certainly, be challenging. The agenda is dense and issues interconnect in a web of multiple conditioning factors. Above all, it will be necessary to project a vision of the future, inspired by the long term interests of both countries. A vision that faces the challenge of searching for ways of solidary development, going beyond peaceful coexistence. This process, of historic dimension, must create an environment where the parts feel stimulated to assume, gradually and progressively, the tasks and responsibilities of jointly ensuring not only peace in the region, but also development and social progress.

SUMMARY (Total: 15 marks)

A 700-kilometre march by indigenous protesters in Ecuador lasted two weeks

before reaching the capital Quito on 22 March 2012. It echoes previous marches in both Peru and Bolivia against policies that pose a threat to indigenous communities.

The governments of all three Andean countries face criticism for policies designed to boost investment but that fail adequately to address the concerns of local people, who claim these projects threaten their physical and social environment.

Earlier in 2012, protesters from the northern Cajamarca region in Peru marched on Lima, repudiating plans to build a giant new copper and gold-mining plant at Conga, a project they say will affect water supplies to local communities.

These events are set against a background where, in all three countries, governments elected with the support of indigenous populations have taken steps to enshrine indigenous rights in their respective legal codes.

In Peru, these rights have recently been passed into law. Soon after his inauguration as president in July 2011, Ollanta Humala passed a law making prior consultation a legal obligation. Elected on a leftwing ticket that supported indigenous rights, Humala was obliged to enact a law vetoed by his predecessor, Alan García Pérez. In 2009, García had faced down protests in the northern town of Bagua as indigenous groups protested against plans to facilitate hydrocarbons exploration and exploitation in the Amazon jungle. Some thirty people, including police, were killed in the fray.

The governments of Bolivia, Peru and Ecuador reflect aspects of what has been called the "pink wave" in Latin America, a reversion of the free-wheeling neo-liberal policies in vogue up until the early years of the new millennium — albeit to varying degrees. Bolivia and Ecuador belong to the Bolivarian Alternative for the Americas (Alba), spearheaded by President Hugo Chávez of Venezuela. Both countries have pursued policies highly critical of the United States and its policies towards Latin America. For his part, Peru's Humala came to power having previously established and led a highly nationalistic party which, in the elections of 2011, made common cause with the parties of the Peruvian left. Since taking office, however, Humala has abandoned much of his earlier leftist rhetoric.

In Peru traditional party elites had failed conspicuously to resolve the country's chronic economic and political problems, and were largely swept aside under the governments of Alberto Fujimori (1990-2000). But Fujimori's departure from the scene did not lead to the resurgence of partisan organisation. Even the Alianza Popular Revolucionaria Americana (Apra), which dates from the 1930s and was once Peru's largest mass party, remained but a shadow of its former self; in the 2011 elections it won only four seats in the 130-seat unicameral legislature.

All three presidents have had scope, therefore, to refashion their country's electoral politics since taking power. In Bolivia, despite some defections, the MAS has a clear majority in both houses of the legislature, now known as the "plurinational legislative assembly". With only a modest presence, the opposition parties are effectively powerless to stop legislation.

Rafael Correa's party, Alianza País (AP), has likewise enjoyed a working majority in Ecuador's national assembly, although it has suffered some damaging defections in recent times. The situation is different in Peru, where Humala's Gana Peru grouping did not win a majority in the 2011 elections, but has since entered into alliances with



centrist and centre-right groupings which have (at least so far) afforded him parliamentary majorities.

All three presidents have managed to fashion good working relationships with their armed forces, still an important factor of power in this part of Latin America. In each case, they have used their electoral prowess to push through changes at senior levels to garner support in the barracks.

Opinion-polls suggest support for Humala has risen strongly since his election in 2011; admiration for his young and attractive wife, Nadine, who has displayed some consummate political skills since becoming the first lady, makes her a political factor. It is too soon to say what will happen when the president's term ends in 2016. Humala has said he will not stand, and he lacks the parliamentary strength to change the constitution to be able to do so; but there are many who argue that he will seek to perpetuate his power by supporting the candidacy of his wife. This would be to emulate the Argentine model, whereby Néstor Kirchner was replaced as president by his wife, Cristina. The future of mining and extractive industries more generally in Peru has become a major source of political discord, of which the Congas dispute is but the latest of a series of bitter confrontations. The Congas project involves the expansion of activities by Yanacocha, Latin America's largest gold producer. It is formed by a consortium of Newmont Mining (of the United States), Buenaventura (a large Peruvian miner) and the International Finance Corporation (IFC), part of the World Bank. There has been a history of conflict between Yanacocha and local community groups and farmers stretching back over most of the past decade. The latter claim their livelihoods will be irretrievably damaged by the project.

Environmental impacts have been a major source of conflict between mining companies and communities throughout the Peruvian highlands. Several important projects have been halted owing to local pressure, including Yanacocha's Cerro Quilish scheme near Cajamarca city. Peru has seen an unprecedented expansion in mining and hydrocarbons projects in recent years, attracting more investment than most other Andean countries. Often these investments take place in remote areas where the state is virtually absent and where no other legitimate entities are on hand to mediate disputes.

The president previously sided with local communities against extractive industries. But Humala has found himself under huge pressure from pro-mining lobby groups and other interested parties to shift his ground. Since his election victory, he has publically acknowledged the need to continue to support mining investments but argued that the resources generated thereby should be used to improve the living conditions of the poorest, including those living in the areas surrounding mining camps. In December 2011, he dismissed many of the more leftwing voices in his cabinet.

However, traditionally, the Peruvian state has proved unable to respond effectively to such social needs, lacking the administrative machinery to achieve its ends. While social spending has increased in recent years, the conditions of poverty in Peru's interior have not improved substantially. Considerable doubt thus remains as to whether Humala will succeed where his predecessors failed.

John Crabtree. **The new Andean politics: Bolivia, Peru, Ecuador.** openDemocracy, 25 March 2012. Internet: <www.opendemocracy.net/john-crabtree/new-andean-politics-bolivia-peru-ecuador>. Retrieved on 18/9/2013. John Crabtree is a research associate at the Latin American Centre, St. Anthony's College, Oxford University.



Write a summary in your own words, in no more than 200 words, of the previous excerpt adapted from John Crabtree's 2012 openDemocracy paper **The new Andean politics: Bolivia, Peru, Ecuador**.

PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (13/15)

Peru, Bolivia and, most recently, Ecuador have faced protests by indigenous populations against policies and projects, such as mining facilities, that may endanger their communities or environments.

All three countries, however, have governments which were elected with the support of indigenous groups and have sought to promote their rights. These governments are part of an abandonment, in Latin America, of neo-liberal policies in favor of left-wing ones.

In Peru, president Humala faces traditionally inept political elites which have been weakened by Alberto Fujimori's ten-year government. In all three countries the government holds a parliament majority, even if, in Peru's case, dependant on a coalition. This, and the good relationship sustained with the armed forces, has allowed these governments to reshape their countries' political scene.

Mr. Humala's support has risen steadily since his election, bolstered by his wife Nadine's popularity. Extractive industries, however, have become the source of controversy in Peru. Even though investment in industries such as mining is high, conflict between local communities and economic groups over environmental issues has been frequent. While Humala previously sided with local communities, he now defends mining projects, advocating the use of the corresponding revenue to combat Peru's long-neglected social ills.

COMPOSITION

(Total: 50 marks)

Peru's government, like those in other emerging economies, sees development of minerals and timber as the fastest way to lift the country out of poverty, particularly in the country's largely untouched Amazon region. In Peru, land ownership is private, but the government has full rights to the resources below ground — such as minerals, oil, and gas — and above it — such as water, fish, and timber. In 2007, President Garcia infamously dismissed what he called "the law of the dog in the manger, which says, 'If I do not do it, then let no one do it.'" Without the state to give out concessions, Garcia wrote, the land would remain undeveloped, with "unused resources that cannot be traded, that do not receive investment, and do not create jobs."

But indigenous groups and communities in the Amazon fear the government is engaged in a large-scale giveaway of their land to industry at the expense of their cultural heritage. "For the indigenous people, the land is sacred, but in [Western culture] the land is simply a resource," said Roger Rumrill, an expert on the Amazon's indigenous communities. The government recently created new concessions that would



open up 70 percent of the Amazon to oil and gas exploration, though many of these concessions haven't been given out yet.

Toni Johnson. *Peru's mineral wealth and woes*, Council on Foreign Relations, 10th February 2010. Internet: <www.cfr.org/peru/perus-mineral-wealth-woes/p21408#p4>. Retrieved on 19/9/2013.

Weigh up the potential benefits and drawbacks of Peru opening up and developing its Amazon region.

(Length: 400-450 words)

PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (45/50)

Sustainable development is one of the most popular, perhaps even overused catchphrases of current environmental, political and diplomatic jargon. Social, economic and environmental balance, pursued with respect for the needs of future generations: behind this deceptively simple definition lie lie the complex, and often divisive, realities faced by developing countries in their quest for social well-being. Peru exemplifies many of the dilemmas faced by such societies, especially in relation to its large Amazonian portion. This largely untouched region stands in the crossfire between indigenous, business, governmental and social interests, and the community as a whole must ponder very carefully its next steps, so as to not sacrifice or overindulge any of the groups involved.

Within this intricate web of interests, one of the most vocal contenders is the faction advocating uncompromising economic use of the rainforest's resources. Ex-president Alan García, part of the ruling coalition and most Peruvian business leaders advocate immediate exploration of the region's vast mineral wealth. The argument sustained is quite straightforward: in a country riddled with poverty and inequality, to leave a potential source of jobs, investment, government revenue and overall prosperity untouched is an unaffordable luxury. Principles of equality and welfare are downright useless if there is no wealth to distribute in the first place. This is a clear and forceful argument, that holds no small amount of truth.

Opponents of this view, however, are no less articulate and well-reasoned. Under Peruvian law, indigenous peoples have rights protecting their traditional lands, rights which cannot be set aside for the sake of economic convenience. To the indigenous point of view, environmentalists add the long-term interests of society, which will suffer if the ecological balance in the country is compromised. Another little-explored angle is the economic value of the forest itself, not as a logging camp but as a living, breathing source of biotechnological assets and touristic wealth. While the economic boost provided by simple extraction of resources is non-renewable and may be overshadowed by a future economic downturn resulting from environmental damage, research and development in medicine or nutrition, for example, make for sustainable economic practices of higher aggregate value than the sale of primary resources.

Thus, one must recognize the imperative of economic growth, but simultaneously realize that Peru's options in this pursuit are not limited to ransacking its Amazon region. Furthermore, short-term mining gains, if obtained in a limited, lawful and responsible manner, can be reconciled with long-term investments in education and the development of



cutting-edge biotechnological industries. It is up to Peru's society to debate, negotiate and compromise, so it can pursue the path of truly sustainable development.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

NOÇÕES DE ECONOMIA (Primeira e Terceira Fases): 1. Microeconomia. 1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio. 2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos: estrutura e interpretação dos resultados dos diferentes componentes do Balanço. Medidas da atividade econômica. Conceitos e cálculo do *deficit* público. 2.2. Determinação da renda, do produto e dos preços. Oferta e demanda agregadas. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo. Exportação e importação. Objetivos e instrumentos de política fiscal. 2.3. Teoria monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Moeda e preços no longo prazo. Sistema bancário e intermediação financeira no Brasil. 2.4. Emprego e renda. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Distribuição de renda no Brasil. 3. Economia internacional. 3.1. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico. 3.2. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca. 3.3. Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. A relação câmbio-juros. 3.4. Comércio internacional. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Principais características do comércio internacional ao longo das décadas. Sistema multilateral de comércio: origem e evolução. As rodadas negociadoras do GATT. A Rodada Uruguai. A Rodada Doha. 3.5. Política comercial brasileira. Negociações comerciais regionais. Integração econômica na América do Sul. Protecionismo e liberalização. 3.6. Sistema financeiro internacional. Padrão-ouro. Padrão dólar-ouro. Fim da conversibilidade. Crises econômico-financeiras nos últimos 20 anos. Governança internacional e os novos atores estatais e não-estatais. Características dos fluxos financeiros internacionais. 4. História econômica brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira. 4.2. Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café. 4.3. A crise de 1929 e as décadas de trinta e quarenta. Industrialização restringida. Substituição de importações. 4.4. A década dos cinquenta. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. O período do milagre econômico (1968-1973) e o segundo PND. 4.7. Os anos oitenta. Crise da dívida. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. 5. Economia Brasileira. 5.1. Os anos noventa. Abertura comercial e



financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. A estabilidade econômica. 5.2. A economia brasileira na última década. Avanços e desafios. 5.3. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil. A visão de Celso Furtado.

Prova de 2013

QUESTÃO 1

Considere o seguinte texto de Paul Krugman, divulgado em 15/10/2010.

"Os representantes do governo americano costumavam dar lições aos outros países a respeito dos problemas econômicos que estes enfrentavam, dizendo-lhes que precisavam emular o modelo dos Estados Unidos. A crise financeira asiática do fim da década de 90, em particular, levou os satisfeitos americanos a distribuir muitas lições de moral. Assim, em 2000, o então secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, declarou que as chaves para se evitar uma crise financeira eram "bancos adequadamente capitalizados e supervisionados, códigos de falência sólidos, governança corporativa efetiva e meios críveis de fazer cumprir os contratos". Por implicação, estas eram características que nós apresentávamos, mas que faltavam aos asiáticos. Na verdade, nós não correspondíamos a esta descrição. Os escândalos contábeis da Enron e da WorldCom derrubaram o mito da governança corporativa efetiva. Atualmente, a ideia de que nossos bancos eram adequadamente capitalizados e supervisionados soa como uma piada de péssimo gosto. E agora a bagunça das hipotecas está transformando em falácia a sugestão de que dispomos de meios críveis de fazer cumprir os contratos — na verdade, cabe perguntar se nossa economia está sujeita a algum tipo de código de leis."

Considerando o texto apresentado, responda, de forma fundamentada, os seguintes questionamentos:

- de que modo as crises financeiras da década de 1990 (México, Ásia, Rússia e Brasil) resultaram na revisão do "Consenso de Washington" e no surgimento de uma "liderança compartilhada" na governança da ordem econômica mundial?
- qual tem sido, desde então, a participação do Brasil nesses processos de revisão e de construção de uma nova liderança?

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

ALEXANDRE PIANA LEMOS (30/30)

As crises financeiras da década de 1990 derivaram, em grande parte, das medidas de flexibilização econômica, comercial e financeira pregadas pelo "Consenso de Washington". O caso asiático é emblemático a esse respeito. Os mercados financeiros desregulamentados e os bancos fracamente supervisionados dos chamados "tigres



asiáticos” levaram à formação de bolhas financeiras e imobiliárias, que, ao estourarem, deixaram patente a fragilidade sobre a qual se assentava o crescimento daqueles países à época.

O Brasil também sofreu por seguir diretivas do “Consenso de Washington”. Em um regime de maior flexibilização da Conta Capital e Financeira (CKF), o sistema de bandas cambiais que vigorou no governo Fernando Henrique Cardoso até 1999 foi sendo desgastado por recorrentes ataques especulativos que acabaram levando ao esgotamento de nossas reservas internacionais (já que o Banco Central era obrigado a usá-las para intervir no mercado de câmbio), ao pedido de ajuda ao FMI e, finalmente, à adoção de nosso “tripé” de política econômica atual (câmbio flutuante, metas de inflação e meta de superávit primário).

Essas crises dos anos 1990 fizeram aluir o mito dos mercados auto-reguláveis pregado por Washington. O Brasil, como exposto acima, reviu sua política econômica. A crise de 2008, por sua vez, mostrou que as fragilidades do modelo do “Consenso de Washington” afetavam até mesmo os Estados Unidos (EUA).

Essa realidade mostrou a necessidade de mudança do paradigma vigente. Passou-se a pregar a urgência de maior supervisão governamental sobre os bancos e de maior controle sobre os capitais voláteis. As crises também moldaram a percepção de que era necessária “liderança compartilhada” na governança econômica mundial. Essa nova percepção derivou do fortalecimento dos países emergentes, que, a exemplo do Brasil, passaram a ostentar taxas de crescimento significativas, e o fizeram ao abandonar os mitos do “Consenso”. Taxas de câmbio flutuante, grandes volumes de reservas (houve a decisão política de acumulá-las) e incentivo à demanda agregada com estabilidade fizeram do Brasil um exemplo de crescimento.

A emergência econômica do Brasil e dos BRICS levou à reformulação do sistema de governança econômico e financeiro, portanto. Brasil e EUA lideraram processo mediante o qual o G-8 deu lugar ao G-20 financeiro (surgido justamente quando da crise asiática) como principal fórum de governança mundial, fórum no qual o Brasil exerce liderança. Além de liderar o processo de fortalecimento do G-20, o Brasil participou da capitalização do FMI (Fundo Monetário Internacional) e promoveu a redistribuição das quotas em favor dos emergentes, tanto no Banco Mundial quanto no FMI (do qual o Brasil hoje é o décimo maior quotista). O Brasil contribuiu, assim, para que o peso dos países emergentes no G-20, FMI e BIRD refletisse sua crescente importância na ordem econômica global. Na última cúpula do G-20 (em Moscou), por exemplo, o Brasil defendeu, ademais, o fim das políticas monetárias expansionistas dos países desenvolvidos, que prejudicam os emergentes (pelo impacto que tais medidas têm sobre o câmbio e a competitividade dos emergentes), medidas de estímulo à demanda agregada (especialmente na Europa), para estimular o emprego e o crescimento mundial, e a maior regulamentação dos mercados financeiros.



QUESTÃO 2

Em reação à crise financeira iniciada em 2008, muitos países, desenvolvidos e em desenvolvimento, lançaram mão de vigorosos planos de contenção da queda da demanda agregada e do aumento do desemprego e de proteção dos seus mercados. Um dos instrumentos anticíclicos mais utilizados pelos países emissores de moedas de curso internacional durante a crise foi a expansão monetária.

A partir dessas considerações, responda, de forma fundamentada, os questionamentos seguintes.

- a. Do que se trata o termo "currency war", que emergiu em foros internacionais durante a crise financeira?
- b. Por que países em desenvolvimento estariam especialmente expostos à suposta "currency war"?
- c. Quais são as relações entre "currency war" e comércio internacional? Que países tendem a se beneficiar e que países tendem a se prejudicar e por quê?

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

FELIPE NEVES CAETANO RIBEIRO (25/30)

O termo "currency wars", estabelecido por Guido Mantega no contexto das respostas anticíclicas à crise dos "subprimes" e a seus efeitos, refere-se a políticas monetárias expansionistas praticadas sobretudo por países desenvolvidos, a fim de conferir competitividade a suas exportações. Essas medidas afetam, de forma mais drástica, economias emergentes, devido à competitividade menor de suas indústrias, cujos produtos se tornam mais caros com a valorização da moeda nacional. O comércio multilateral é afetado, porquanto se distorcem os níveis regulares de exportações e de importações dos países, aumentando a recorrência do protecionismo convencional e não convencional, em desfavor dos países em desenvolvimento e de economias emergentes.

A expressão "currency wars" trata das desvalorizações competitivas realizadas principalmente por países desenvolvidos na esteira da crise de 2008, com a finalidade de estimular suas exportações. Essas desvalorizações decorrem de políticas monetárias expansionistas, exemplificadas pelo "quantitative easing" norte-americano, que, ao aumentar a oferta de moeda ($M \uparrow$) reduzem, por conseguinte, seu preço. Esse excesso de liquidez migra para outros países, também afetados pela crise econômica, acarretando a valorização de suas moedas, dado o excesso de liquidez internacional. Em resposta, países atingidos pela crise e pela pressão de valorização de suas moedas reagem por intermédio de novas desvalorizações competitivas, gerando "tsunamis monetários" e uma guerra cambial visando a conferir competitividade às suas exportações.



Ocorre que os países em desenvolvimento, conforme ressaltado pelas delegações brasileiras no G20 financeiro e na OMC, são os maiores afetados pela guerra cambial. Esses países de economia emergente estão mais expostos, porque, não raro, mantêm taxas de juros elevadas, a fim de compensar eventuais inseguranças associadas a suas economias. Essa situação atrai o excesso de liquidez internacional, acarretando uma valorização da moeda nacional e o encarecimento de seus produtos. Além disso, deve-se ressaltar que a indústria dos países em desenvolvimento costuma ser menos competitiva. Nesse cenário, uma valorização da moeda nacional e uma desvalorização do câmbio, entendido como o preço do dólar, resultam em uma perda ainda maior de competitividade, a qual se reflete no comércio internacional em benefício dos países que praticam desvalorizações competitivas.

A guerra cambial relaciona-se com o comércio internacional por meio das taxas de câmbio e do protecionismo resultante. Ao promover distorções nos termos de troca, desvalorizando algumas moedas e valorizando outras, a guerra cambial desequilibra o comércio, porquanto os produtos dos países que praticam política monetária expansionista (desvalorizando sua moeda) tornam-se comparativamente mais baratos. Simultaneamente, os países que recebem o excesso de liquidez ou que não intervêm no mercado cambial perdem competitividade e vendem produtos comparativamente mais caros (devido à valorização de sua moeda). Esse cenário induz ao aumento do protecionismo, contrariando os objetivos da Organização Mundial do Comércio, que visa à liberalização comercial e ao desenvolvimento equilibrado.

O protecionismo, nesse aspecto, pode manifestar-se tanto por meio da desvalorização competitiva, que torna inócuas tarifas consolidadas por países em desenvolvimento, quanto por intermédio da elevação tarifária, visando a minimizar importações e a perda de competitividade. No cenário da guerra cambial, beneficiam-se predominantemente países desenvolvidos, em detrimento das economias emergentes. A maior competitividade dos primeiros é intensificada, ao passo que se reduz a competitividade dos últimos, sobretudo quanto a bens industriais, cuja produção intensiva em capital é, tradicionalmente, mais competitiva em países desenvolvidos.

A guerra cambial consiste em desvalorizações competitivas das moedas nacionais, visando a estimular exportações. Nesse cenário, países em desenvolvimento e economias emergentes encontram-se mais expostos, pois se caracterizam por juros elevados (o que atrai liquidez) e por menor competitividade industrial. A guerra cambial distorce os termos de trocas comerciais em desfavor dos emergentes, razão pela qual o Brasil defende um debate multilateral aprofundado acerca dessa tema.



QUESTÃO 3

A tabela abaixo apresenta dados relativos à população brasileira entre os anos 2000 e 2010 e projeções para os anos de 2015 a 2060. Como se vê, a população ainda continuará aumentando no futuro próximo, mas a taxas de crescimento cada vez menores. A parcela da população de 60 anos ou mais aumentará, enquanto a parcela de jovens diminuirá. De acordo com o IBGE, a taxa de fecundidade brasileira já é menor que a taxa de reposição populacional e o chamado bônus demográfico deverá chegar ao fim por volta de 2023. A partir de então, a taxa de dependência aumentará com participação crescente do grupo de idosos.

População brasileira — estimativas IBGE			
Ano	População total	População 0-19 anos	População com 60 anos ou mais
2000	173.448.346	70.204.619	14.235.731
2005	185.150.806	68.893.686	16.367.881
2010	195.497.797	67.106.378	19.601.854
2015	204.450.649	64.549.292	23.940.885
2020	212.077.375	61.156.335	29.290.662
2025	218.330.014	57.313.261	35.427.289
2030	223.126.917	53.913.591	41.541.763
2035	226.438.916	51.022.680	47.598.367
2040	228.153.204	48.460.622	54.204.894
2045	228.116.279	46.016.123	61.161.913
2050	226.347.688	43.630.444	66.457.570
2055	222.975.532	41.242.757	70.485.475
2060	218.173.888	38.917.837	73.551.010

Internet: <ibge.gov.br>

Considerando os dados apresentados, responda, de forma fundamentada, os questionamentos seguintes.

a. Ouve-se cada vez mais frequentemente que "o Brasil precisa se apressar para aproveitar o bônus demográfico". O que se quer dizer com isso?

b. Por que o aumento da produtividade do trabalho será elemento fundamental para se mitigar os efeitos econômicos deletérios do fim do bônus demográfico?

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**



FLÁVIA CRISTINA DE LIMA FERREIRA MAGRINI (17/20)

De acordo com o IBGE, o bônus demográfico brasileiro deverá ter fim no ano de 2023. Isso quer dizer que, daqui a uma década, a proporção de pessoas com menos de quinze anos ou com mais de 65 anos na população será maior que a atual, o que aumentará a taxa de dependência da economia, ou seja, o que aumentará a pressão sobre a produtividade do trabalho da população economicamente ativa, cuja proporção se reduzirá.

Quando se diz que “o Brasil precisa se apressar para aproveitar o bônus demográfico”, isso significa que o Brasil precisa criar meios de manter um padrão sustentável de crescimento da economia no futuro. Esses meios incluem diversas perspectivas: a distribuição equitativa da renda e a elevação do padrão de vida da população nacional, de forma que isso seja menos custoso aos governos no futuro (que enfrentarão menores receitas e maiores gastos sociais, como os previdenciários); a reforma do sistema tributário, de forma a racionalizar a arrecadação e promover o equilíbrio fiscal no longo prazo; e a promoção dos investimentos na economia, o que é capaz de aumentar a riqueza e a renda futura do país.

A questão do aumento dos investimentos pode ser analisada à luz da teoria do ciclo de vida de Ando-Modigliani, segundo a qual as pessoas tendem a poupar na juventude para despoupar quando forem mais idosas. Nesse contexto, um país que passa pelo bônus demográfico e que tem, portanto, maior proporção de jovens em sua população, tendem a ter uma taxa de poupança privada interna maior que aqueles países onde a população é mais envelhecida. Nesse aspecto, aproveitar o bônus demográfico seria aproveitar as condições de poupança nacional para fazer investimentos de alto retorno no futuro. De acordo com esse modelo, e levando-se em conta uma perspectiva econômica clássica, é mais difícil mobilizar o investimento produtivo em países com população mais idosa, que consome mais e que poupa menos. Isso tende a piorar se se pensar que a própria poupança pública diminuirá, dados os crescentes gastos previdenciários dos governos. Talvez esse modelo não seja o mais adequado para explicar o contexto brasileiro atual (em que já há tradição de alto consumo), mas não deixa de alertar para os perigos inerentes às visões imediatistas de planejamento do gasto público e de direcionamento dos gastos privados.

O aumento da produtividade do trabalho será elemento fundamental para o controle da economia ao fim do bônus demográfico porque, a princípio, isso diminuirá a expressão financeira da taxa de dependência populacional. Se a população economicamente ativa passar a produzir mais e, conseqüentemente, a gerar mais renda e riqueza, será mais fácil a sustentação da população que está fora do mercado de trabalho e que demanda muitos gastos sociais por parte do governo. O aumento da produtividade é, desse modo, uma forma de compensar a redução da população economicamente ativa e de manter no futuro o nível de crescimento da economia.

A manutenção do crescimento da economia pelo aumento da produtividade do trabalho contribui para a diminuição do hiato do PIB (diferença entre PIB potencial e PIB atual), já que se trata de um agregado real capaz de levar a oferta agregada para maiores



níveis do produto. Contribui, ainda, para o equilíbrio da situação fiscal do governo, cuja arrecadação depende do ritmo de crescimento da economia.

QUESTÃO 4

Entre as três funções básicas da política fiscal, figura a função estabilizadora do Estado. Nos casos em que o orçamento é deficitário e nos quais seja feita a opção de cobertura desse déficit por intennédio de empréstimos ou financiamentos, a compensação expansionista do produto será menos efetiva em comparação com a alternativa de uma maior expansão monetária. Isto decorre em razão das implicações do endividamento em termos de taxas de juros e seus respectivos impactos sobre o comportamento dos agentes privados.

Comente essas afirmações, utilizando as consequências das alternativas de coberturas do déficit nas variáveis acima referidas.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

FILIPPE BRUM CUNHA (19/20)

A função estabilizadora é uma das três funções da política fiscal, junto das funções alocativa e distributiva. Seu objetivo é manter um nível de crescimento que evite a inflação ou a recessão econômica. O governo age contracíclicamente, realizando uma política fiscal expansionista em casos de possível recessão, ou contracionista, quando há risco de inflação. Dessa maneira, o governo consegue evitar o agravamento dos problemas durante crises econômicas.

Para realizar uma política expansionista, o governo dispõe de três métodos de financiamento quando sua poupança não é suficiente: aumento da tributação, emissão monetária (senhoriagem) e captação de empréstimos. Nesse último caso, para cobrir seus déficits, o governo capta poupança do mercado privado ou poupança externa. Dessa forma, o efeito de uma política fiscal expansionista é o aumento da taxa de juros. A utilização da poupança do governo reduz a disponibilidade de fundos emprestáveis da economia, o que torna a poupança mais escassa e, por conseguinte, aumenta os juros. Ademais, ao aumentar a demanda por poupança privada e poupança externa, o governo também acaba por elevar os juros da economia, uma vez que a curva de demanda por empréstimos desloca-se para a direita. Percebe-se que, seja utilizando a poupança do governo, seja captando financiamento, uma política fiscal expansionista acarreta aumento de juros. Entretanto, essa alternativa de cobertura do déficit evita outros problemas, como uma possível recessão (que seria causada por maior tributação) ou o aumento das taxas inflacionárias (resultado da senhoriagem). Assim, ao cobrir o orçamento deficitário por meio de empréstimos, o governo opta por uma maior taxa de juros, mas com maior estabilidade de preços.

Essa política fiscal traz duas consequências distintas. Por um lado, o aumento dos gastos do governo aumenta o produto devido ao efeito multiplicador dos gastos, o que



aquece a demanda agregada. Por outro lado, o financiamento via empréstimos, ao elevar a taxa de juros, pode resultar no efeito deslocamento (crowding out). Nesse caso, a taxa de juros mais elevada desincentiva o consumo e o investimento, visto que se torna mais rentável aplicar o dinheiro. Assim, a diminuição de consumo e investimento reduz o efeito multiplicador inicial.

Em uma situação distinta, caso o governo optasse por uma política monetária expansionista em vez de política fiscal expansionista, não haveria aumento da taxa de juros. Pelo contrário, a expansão da oferta monetária levaria à queda da taxa de juros, estimulando o consumo e o investimento por parte dos agentes privados. O resultado é que não haveria o efeito deslocamento, mas a taxa de inflação se tornaria mais elevada. Dessa maneira, percebe-se que uma política monetária expansionista poderia ser mais efetiva para o crescimento do produto, mas poderia levar a um maior índice de preços.

Por fim, cabe ressaltar que a análise acima difere um pouco em regimes de câmbio fixo, nos quais a política fiscal tem eficácia plena. Nesses regimes, uma política fiscal expansionista também leva ao aumento dos juros, o que incentiva a entrada de capital externo. Com isso, a autoridade monetária tem de comprar divisas e colocar moeda nacional no mercado. Essa expansão monetária, por sua vez, gera uma redução da taxa de juros, anulando a elevação inicialmente causada pelos gastos do governo e reduzindo o efeito deslocamento.



NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

Programa (1ª e 3ª Fases)

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (Primeira e Terceira Fases): **I -Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.** 1 Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia. 2 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3 Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4 Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5 Organização dos poderes no direito brasileiro. 6 Processo legislativo brasileiro. 7 Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8 Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9 Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. **II - Direito internacional público.** 1 Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2 Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (jus cogens). 3 Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules:



privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 4 Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5 Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6 Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Europeia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 7 Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8 Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Prova de 2013

QUESTÃO 1

Comente o trecho seguinte, adaptado da obra de Serge Sur:

"Há certamente um vocabulário jurídico nas relações internacionais, toda uma coleção de acordos e compromissos, mas isso não seria apenas a aparência dissimulada da realidade nua das relações de força e, para citar Bismarck, o poder normativo dos fatos."

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

ALEXANDRE PIANA LEMOS (30/30)

Os estudiosos do Direito Internacional Público (DIP) enfrentam histórica batalha para provar o vigor normativo e a força cogente do DIP, de modo a provar, contra os céticos, que o Direito das Gentes não é o "direito dos canhões" ou do mais forte. É a essa realidade que podemos relacionar o trecho de Serge Sur.

Muitos detratores do DIP argumentam que os regimes internacionais não passam de simulacro que dissimula as relações de força existentes entre as nações. Essa visão é simplista. Evidentemente, Direito e política não podem ser inteiramente dissociados. As grandes potências possuem, historicamente, maior influência na conformação das regras de DIP e maior poder de barganha para impor seus princípios. Isso não significa, contudo, que possam violar impunemente a ordem internacional, sem que a legitimidade de suas ações seja contestada.

Cabe ressaltar, primeiramente, que o fato de existirem violações ao DIP não significa que ele não exista ou que seja simples dissimulação de relações de poder. O direito interno dos Estados é violado quotidianamente, e nem por isso se contesta a soberania nacional ou a supremacia da ordem constitucional. A diferença entre as duas situações reside, simplesmente, na clássica distinção que se faz quanto às relações de subordinação que vigem nos direitos internos e nas relações de coordenação que regem as relações



interestatais no âmbito externo. No DIP, a implementação de sanções contra os que violam a ordem jurídica é mais difícil, o que não quer dizer que não haja consequências pela prática de ilícitos internacionais, ou que o DIP seja desprovido de força cogente. A Organização Mundial do Comércio (OMC) é exemplo de regime internacional em que violações ao DIP são punidas por meio de suspensão de concessões e em que mesmo Estados mais poderosos politicamente acatam, na maioria das vezes, as decisões.

A OMC é exemplo relevante, pois ilustra princípio basilar que rege as relações interestatais e que sustenta o DIP: a legitimidade. O respeito à ordem internacional é importante para todos os Estados, fortes ou fracos, e a violação recorrente do DIP corrói a legitimidade dos atores e do sistema. A maior prova da força cogente do DIP é o fato de que mesmo Estados violadores buscam legitimar seus ilícitos com referência a normas jurídicas internacionais. Os Estados Unidos, por exemplo, ao atacarem, ilegalmente, o Iraque, em 2003, buscaram legitimar sua ação com base na resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) que autorizara a primeira guerra do Golfo Pérsico. Do mesmo modo, a Argentina, ao iniciar a Guerra das Malvinas, alegou não se tratar de guerra de ocupação – proibida pelo DIP – mas de ação para retomada de território soberano.

Pode-se afirmar, desse modo, que o DIP possui poder normativo e cogência; não é mera dissimulação das relações de poder. Evidentemente, o Direito das Gentes pode e deve aperfeiçoar-se; contudo, se é verdade, como dizia Bismarck, que os compromissos internacionais adaptam-se ao “poder normativo dos fatos”, é também verdade que os fatos e as relações de poder se adaptam, crescentemente, à força normativa do Direito Internacional.

QUESTÃO 2

O direito das gentes contempla doutrinas notabilizadas pelo nome de seus autores, dentre essas, as doutrinas Drago, Tobar e Estrada. Indique o conteúdo de cada uma delas e assinale sua importância no desenvolvimento desse ramo do direito.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

ALEXANDRE PIANA LEMOS (30/30)

As doutrinas Drago, Tobar e Estrada representam três importantes contribuições doutrinárias para o desenvolvimento do Direito Internacional Público (DIP). Elas constituem importantes aportes teóricos latino-americanos que ajudaram a consolidar costumes internacionais nas matérias respectivas de que tratam.

A doutrina Drago foi primeiramente exposta no início do século XX, no contexto do bloqueio naval que potências europeias impuseram à Venezuela, no intuito de cobrar dívidas do país latino-americano. O chanceler argentino Drago, à época, protestou contra a intervenção e consolidou a doutrina que leva seu nome: não se pode cobrar dívidas



mediante uso da força. Conquanto não acatada à época pelo Brasil e por outros países, a doutrina Drago teria repercussões importantes. Ela afirmou, muito antes do surgimento da ONU, o princípio de que as controvérsias internacionais deveriam ser solucionadas por meios pacíficos. No DIP contemporâneo, o uso da força não é permitido, não apenas para a cobrança de dívidas, mas em geral. Segundo a Carta da ONU, o uso da força justifica-se apenas em legítima defesa ou com a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em casos que envolvam a defesa da paz internacional.

A doutrina Tobar, por sua vez, refere-se ao instituto do reconhecimento de governos. Ela foi elaborada por Carlos Tobar no contexto dos recorrentes golpes de Estado que assolavam a América Latina no início do século XX. A doutrina Tobar defende que os países devem negar reconhecimento a governos que tenham acedido ao poder por meios ilícitos, como os golpes militares. A doutrina Tobar é, nesse sentido, importante contribuição doutrinária para o fortalecimento do DIP, ao colocar-se contra o uso da força e pela defesa da legalidade e legitimidade dos governos. Essa doutrina repercutiu com força na América Latina, onde outras doutrinas, como a Bettancourt, foram por ela influenciadas.

A doutrina Estrada, finalmente, surgiu em resposta à doutrina Tobar. Estrada, chanceler mexicano, alegou que a legitimidade de governos era assunto interno de cada Estado. Não caberia a outros países aferir reconhecimento a governos estrangeiros; o juízo de reconhecimento ou de não reconhecimento constituiria interferência indevida nos assuntos internos de cada nação e atentaria, pois, contra a soberania dos Estados. O país que repudiasse novo governo instaurado no poder deveria simplesmente romper relações diplomáticas com este.

A doutrina Estrada foi importante por reforçar, perante a ordem jurídica internacional, o princípio da soberania estatal. No fundo, contudo, ela difere da doutrina Tobar, sobretudo, quanto à forma, já que a manutenção ou o rompimento de relações diplomáticas implicam reconhecimento implícito da legitimidade de um governo.

À guisa de conclusão, cabe ressaltar que as doutrinas Drago, Tobar e Estrada constituem, cada qual a seu modo, contribuições legitimamente latino-americanas para o esclarecimento e a consolidação de institutos universais de DIP, como os princípios que regem o uso da força, a soberania estatal e o reconhecimento de governos, fato que explica o vigor doutrinário de que ainda gozam.

QUESTÃO 3

Discorra sobre a possibilidade de um brasileiro, que esteja no território nacional, ser processado e julgado por crime praticado no exterior, à luz das garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal e dos princípios que regem a cooperação jurídica internacional em matéria penal.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

PEDRO PIACESI DE SOUZA (19/20)



Em uma ordem mundial cada vez mais interdependente, a cooperação jurídica internacional em matéria penal afigura-se essencial para coibir ações ilícitas praticadas pelos indivíduos. Nesse contexto, importa indagar acerca da possibilidade de brasileiro ser processado e julgado por crime praticado no exterior.

Primeiramente, deve-se destacar a competência dos tribunais brasileiros para julgar o crime praticado no exterior. Não se especificou qual o crime cometido, nem se seu julgamento há de ocorrer em tribunal estrangeiro, contudo, resta pacífico que o Brasil tem jurisdição para julgar crimes cometidos por seus nacionais no exterior.

Em que pese o julgamento ocorrer em tribunal estrangeiro, é mister analisar tal caso à luz das garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal. Nesse sentido, a CF/88 veda a extradição de brasileiro nato e permite a extradição de brasileiro naturalizado apenas em crimes comuns ocorridos antes da naturalização e em crimes de tráfico ilícito de entorpecentes. Novamente, o enunciado não deixa claro nem qual o crime praticado nem se se trata de brasileiro nato ou naturalizado, o que dificulta posicionar-se de forma mais assertiva na análise do caso concreto.

Importa destacar, ainda, que caso se trate de um dos crimes tipificados no TPI (crime de guerra, genocídio, contra humanidade), não há qualquer impedimento para que o brasileiro seja julgado pelo tribunal do TPI, haja vista o Brasil ter reconhecido a jurisdição do TPI (Art. 5, § 4). O instituto da entrega não se confunde com o instituto da extradição, portanto o Brasil poderia cooperar sem qualquer impedimento com o TPI para o julgamento do acusado. Ressalte-se, contudo, que a jurisdição do TPI é complementar àquela dos Estados, logo o Brasil, também nessa situação, dispõe de competência primária para julgar seus nacionais.

Nota-se, nos dois casos, que o fato de o Brasil porventura abster-se de entregar o brasileiro para ser julgado por crime cometido no exterior de forma alguma configura impunidade. Tanto no caso de o Brasil, à luz da CF/88, vedar a extradição de brasileiro para ser julgado por tribunal estrangeiro, quanto optar por não entregar o brasileiro à jurisdição do TPI, está apto a exercer competência jurídica para julgar o crime.

Em ambos os casos, há limites para a cooperação jurídica em matéria penal. No primeiro caso, a Constituição Federal garante que brasileiros não podem ser extraditados, salvo os naturalizados conforme hipóteses supramencionadas. No segundo caso, a distinção entre brasileiro nato e naturalizado é irrelevante, mas a competência do TPI “ratione materiae” implica que apenas determinados crimes podem ser julgados por seu tribunal. Destarte, tendo em vista as informações fornecidas, afigura-se como mais provável o julgamento do crime se dar em tribunal brasileiro.

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética.

Estrangeiro expulso do Brasil por ato do Ministro de Estado da Justiça, usando de competência delegada pelo Presidente da República, impetra habeas corpus para garantir sua permanência no território nacional, fundamentado nas seguintes alegações: a) a competência para resolver sobre a conveniência e oportunidade da expulsão é exclusiva do Presidente da República, não podendo ser delegada; b) o estrangeiro está no Brasil há trinta anos, desde seus dez anos de idade, e não tem qualquer vínculo com



seu Estado patrial; e c) o paciente vive há dois anos em comprovada união estável com brasileira naturalizada.

Com base nessa situação, analise, à vista dos elementos oferecidos, a possibilidade de êxito do pedido.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

RAFAEL DOS SANTOS GORLA (20/20)

O pedido do estrangeiro dificilmente teria possibilidades de êxito. É bem verdade que a competência para decretar a expulsão de estrangeiro cabe ao Presidente da República. O Presidente, no entanto, tem discricionariedade limitada, porquanto a análise da legalidade da expulsão passa primeiro pelo Ministério da Justiça. Apenas no caso de o Ministro da Justiça decidir pela legalidade do ato, o presidente pode, discricionariamente, decidir pela expulsão ou não do estrangeiro. Cabe dizer que é cabível recurso, por parte do estrangeiro, contra a decisão que decreta sua expulsão (direito de ampla defesa). O fato de o presidente ter delegado sua competência ao Ministro da Justiça, contudo, em nada muda a situação do estrangeiro, pois é medida legal.

O fato de viver há dois anos em união estável com brasileira naturalizada, por outra parte, tampouco impede a expulsão. Primeiramente, porque o Estatuto do Estrangeiro prevê mais do que dois anos de união estável como hipótese que veda a expulsão. A situação seria outra se o estrangeiro tivesse filho brasileiro (menor de idade) que dele dependesse para seu sustento. Nesse caso, o estrangeiro não poderia ser expulso. Cabe ressaltar, por outro lado, que o fato de sua companheira ser brasileira naturalizada em nada prejudica o réu, porquanto a Constituição Federal (CF) veda discriminação entre brasileiros natos e naturalizados.

O fato de o estrangeiro viver há trinta anos no Brasil, e desde a minoridade, não tendo vínculos com seu Estado patrial, acrescenta um elemento delicado ao caso, mas não impede a expulsão. Vivendo há mais de quinze anos no Brasil (e, no caso, supondo-se que não tenha condenações criminais), o estrangeiro teria, segundo disposição do artigo 12 da CF, direito à nacionalidade brasileira. Constata-se, contudo, que o estrangeiro não fez, ao longo dos anos, requisição ao Ministério da Justiça (MJ), condição fundamental para garantir, pelo devido processo legal, seu direito à cidadania brasileira.

Desse modo, constata-se que o pedido de “habeas corpus” do estrangeiro será, provavelmente, indeferido, e sua expulsão deverá realizar-se.



QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

ESPAÑHOL

A prova de Espanhol constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua espanhola, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua francesa, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.
